

Abril

- [17] **Lançamento da Associação Brasileira de Psicoterapia.** Hotel Sofitel. Avenida Sena Madureira, 1355, Vila Mariana, SP. Inscrições: infoeventos@crpsp.org.br
- [17] **Curso Breve: "Novos Apontamentos Acerca da Causalidade Psíquica".** Docente: Alfredo Jerusalinsky. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br
- [23] **Seminário Teórico: "A Questão das Origens".** Docente: Ricardo Goldenberg. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br
- [24-25] **Workshop: "Educação Popular e Mudança Social: Fazendo Conexões Locais e Globais".** University of Wisconsin - Madison, Memorial Union, Estados Unidos. Informações: www.seedlink.org ou jsandler@seedlink.org
- [28] **Seminário Teórico: "Bion - Atitude Terapêutica sob o Vértice Psicanalítico"** - Docente: Ignacio Gerber. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 - cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br
- [28] **Curso "Adolescência e Transformação".** Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica. Docentes: André Luiz Saraiva Pinheiro e Patrícia Dias Gimenez. Início: 28/04/2004 às 20h30. Término: 02/06/04. Informações: www.sbpa.org.br ou marcos@sbpa.org.br
- [30] **Debate: "Toxicomania, Farmacologia e Psicanálise".** Gratuito. Com Clarice Gorenstein, Claudio E. M. Waks e Durval Mazzei Nogueira Filho. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br

Maio

- [12] **XI Encontro: "Paranaense de Psicologia".** Universidade Estadual de Londrina (PR). Início: 12/05/2004. Término: 15/05/2004. Informações: (43) 3328-5421 / 3025-2561 ou www.crppr.org.br
- [15] **Evento: "O Ressentimento".** Docente: Maria Rita Kehl. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br
- [18] **Audiovisual: "Para Conhecer... Georg Groddeck".** Gratuito. Coordenação: Rubens Riveras Valverde. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br
- [28] **Debate: "A Psicanálise Está Mesmo em Crise?".** Gratuito. Com Antonio Muniz de Rezende, Ignacio Gerber e Maria Cristina Rios Magalhães. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br
- [29] **Seminário: "Novos Elementos para a Clínica Contemporânea".** Docente: Luís Cláudio Figueiredo. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br

Junho

- [04] **Reunião Temática: "Solidão: Clínica e Cultura".** Docente: Bernardo Tanis. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br
- [19] **Curso Breve: "A Transferência: Evolução Histórica do Conceito".** Docente: Renato Mezan. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições

abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP.

Informações: (11) 3864-2330
cep@centropsicanalise.com.br
www.centropsicanalise.com.br

- [22] **IV Congresso do Stress da ISMA-BR e VI Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho.** Início: 22/06/2003. Término: 23/06/2004. Local: Centro de Eventos Plaza São Rafael, Porto Alegre (RS). Informações: www.ismabrasil.com.br. Telefone (51) 3222-2441

- [25] **Debate: "A Envelhecimento".** Gratuito. Com Arnaldo Dominguez, Délia Catullo Goldfarb e Maria Elisa Pessoa Labaki. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 cep@centropsicanalise.com.br www.centropsicanalise.com.br

Setembro

- [04] **I Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental - VII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental - PUC-RJ.** Início: 04/09/2004. Término: 07/09/2004. Inscrições para cursos, mesas redondas e pôsteres: luciana@qualitaturismo.com.br e libero@infolink.com.br
Outras informações: www.psicopatologiafundamental.org

Outubro

- [09] **"I Congresso de Psicologia da Região Centro-Oeste - Conpsico". VI Seminário Interno de Psicologia da Universidade Católica de Brasília.** Início: 09/10/2004. Término: 12/10/2004. Informações: conpsico@pos.ucb.br ou www.ucb.br/posgraduação/psicologia
- [25] **"XII Congresso: Mundial de Educação Comparada".** Cuba. Início: 25/10/2004. Término: 29/10/2004. Informações: www.12wcces.cujae.edu.cu ou cerc@hku.hk
- [29] **2º Congresso Português de Neuropsicologia.** Instituto de Psicologia Aplicada e Formação. Portugal. Informações: www.ipaf.pt/regioes_brasil.php ou ipaf.brasil@clicx.pt. Telefone (11) 5081-7905

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 139 • janeiro | fevereiro 2004

Vem aí o V CNP

O tema é "Protagonismo Social da Psicologia – As Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais"

02 Editorial

Conversando com o Psicólogo

Agências de recursos humanos cobram de candidatos testes psicológicos para vagas, supostamente inexistentes

Opinião

Emir Sader comenta que há hoje dois Brasis, um integrado à Alca e outro ao Mercosul

06 **Ciência e Profissão**

Psicólogo assume novo papel no sistema penitenciário

Questões Éticas

Novo Código de Ética reafirma compromisso social da categoria

10 **Interior**

Baixada Santista discute famílias que acolhem provisoriamente crianças abandonadas. Em Campinas, evento analisa o mercado de trabalho

Orientação

Ignorância da legislação não justifica faltas no exercício profissional

Seção Aberta

Protagonismo Social é tema do V Congresso Nacional de Psicologia

17 **Um Mundo Melhor é Possível**

Defensores dos direitos humanos questionam o porquê da privação de liberdade no país

Formação

Educadores discutem reforma da lei de estágios e defendem inclusão de práticas ao longo do curso de Psicologia

19 **Políticas Públicas**

Estatuto do Idoso, um direito que será usufruído pelas gerações futuras

Nuestra América Latina

Intercâmbio entre entidades de países latino-americanos discute formação profissional no continente

Livros25 **Estante****Mural**28 **Agenda****Conselho Regional de Psicologia SP**

Psi Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Ana Mercês Bahia Bock
Vice-presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureiro | André Isnard Leonardi

Conselheiros efetivos

Chica Hatakeyama Guimarães; Elcio dos Santos Sequeira; Elcimar Meire da Rocha Mantovani; Elisa Zanerato Rosa; Inêz Guimarães Pistelli; Kátia Rubio; Wanda Maria J. Aguiar de Aguiar; Rafaela Aparecida Cocchiola; Rogério Izidro Duran; Sérgio Antonio da Silva Leite

Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli; Ana Gabriela Pedrosa Andriani; Ana Paula Pereira Jardim; Carla Bertuol; Débora Cristina Fonseca; Ednilton José Santa Rosa; Fátima Regina Riani Costa Talno; João Bosco Alves de Sousa; Maria José Medina da Rocha Berto; Vânia Conselheiro Sequeira

Gerente-geral Diógenes Pepe**Comissão de Comunicação**

Coordenador | Sérgio Antonio da Silva Leite
Membros | Kátia Rubio, Elisa Sayeg

Edição e textos AIPY Comunicação Expandindo Horizontes
(11) 5908-1307

Jornalista Responsável H. Carrijo (MTB 17.396)

Colaboração Perla Rossetti, Roberto Lima, Andrea Mentor e Flávia Machado

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Patrícia Gimeno e Juliana Migueletto

Impressão Bangraf

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo – SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jomal@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Encontrar pessoas dispostas a reinventar suas existências, a despeito de todas as dificuldades, é o maior ganho da minha experiência profissional na Penitenciária”

Maria Aparecida Lopes Castro

“O Congresso Nacional da Psicologia é essencial para a transparência das ações dentro de nossa instituição”

Marcos Adans

“O Estatuto do Idoso é um passo inicial que terá que ser aceito, apoiado e bem utilizado pela sociedade. Só o tempo dirá qual seu real efeito”

José Luiz Riani

“Nada substitui, do ponto de vista da riqueza da vida, a liberdade dos fluxos, da circulação e a expressão do inusitado”

Marcus Vinícius de Oliveira

2004 – O ano da nossa organização

2004 é um ano importante para os Conselhos de Psicologia e, portanto, para os psicólogos. Um ano de eleições, de Congresso e de nova gestão. Primeiro, o V Congresso Nacional da Psicologia, é construído por um longo processo de debates e decisões que culmina em junho, em Brasília. São eventos preparatórios, pré-congressos e Congressos Regionais que antecedem o V CNP. Neste processo, espera-se o debate e a formulação de propostas de diretrizes para a ação dos Conselhos no próximo triênio (2004/2007). Serão 200 delegados de todos os 15 Conselhos Regionais que estarão em Brasília, decidindo o futuro que se quer para a Psicologia no Brasil.

Em seguida, 27 de agosto, dia de eleições para o CRP-SP e CFP. Os 50 mil psicólogos de São Paulo estarão sendo chamados a votar. E esse é também um processo que já começou. Os grupos que queiram apresentar propostas para a gestão do CRP e do CFP deverão começar a se organizar, pois, em maio, termina o prazo para a inscrição de chapas regionais e, em junho, para as nacionais. E, em setembro, a nova direção do CRP deverá assumir.

2004 é ano de organização dos psicólogos; é ano de pensar no futuro da Psicologia.

Para os gestores atuais, é ano de muito trabalho. Garantir o processo democrático das eleições; garantir a contribuição de São Paulo para a formulação das diretrizes que serão aprovadas pelo V CNP; encerrar a ges-

tão viabilizando o trabalho dos próximos gestores; garantir o espaço do Conselho como espaço de organização das chapas; dar continuidade às iniciativas que estão em desenvolvimento, como a Comissão de Direitos Humanos e sua campanha da Educação Inclusiva; acompanhar e apoiar os movimentos sociais democráticos que buscam uma sociedade mais justa e condições de vida dignas para todos; manter os espaços de reflexão sobre a profissão, contribuindo para a formulação de referências que possam garantir a qualidade do serviço oferecido à sociedade brasileira; manter o funcionamento do CRP, permitindo o cumprimento de suas funções de orientação, fiscalização e regulamentação da profissão; garantir o espaço para a diversidade de posições e visões da Psicologia brasileira. Um ano de fechamento e de conquistas.

Para os psicólogos, um ano de participação e organização. São muitas as atividades em todo o Estado de São Paulo. São muitas as tarefas para aqueles que querem colaborar diretamente para a construção do futuro da Psicologia pela via dos Conselhos Profissionais.

Além disso, é importante lembrar que 2004 é um ano também do Banco Social de Serviços em Psicologia; 2004 será o ano de consolidação do Banco, com o desenvolvimento de muitas parcerias em todo o país. Até 31 de março, todos os quinze Conselhos de Psicologia deverão ter, pelo menos, um



projeto do Banco em desenvolvimento. “De Volta Pra Casa”, “Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto”, “Apoio Psicológico a Pessoas em Situação de Desemprego” são os projetos em desenvolvimento em São Paulo. Muitos psicólogos protagonistas estão colaborando para colocar a Psicologia na cena social brasileira. E vamos conseguir. Esperamos resultados e conquistas importantes, como a garantia de espaço para os psicólogos nas políticas públicas dos vários setores sociais, como a educação, a saúde, a assistência social, o trabalho. Esperamos que muitos psicólogos possam ter a experiência da prestação de serviços psicológicos a camadas da população historicamente excluídas e possam tornar nossa contribuição profissional tão importante que possamos conquistar um espaço para a Psicologia no serviço público e na sociedade em geral, viabilizando nosso desejo de compromisso com a maioria da população em nosso país. ●

Errata

Correções pontuadas pela psicóloga Adriana Marcondes à entrevista concedida ao jornal Psi sobre educação inclusiva, publicada na edição anterior (n° 138).

* Quando uma criança com comprometimento orgânico é matriculada, isso exige que a coordenadoria de educação estabeleça uma rede na qual a saúde, a cultura e outras coordenadorias sejam responsáveis por esse objetivo. A educação inclusiva não se dá quando reduzimos à escola essa função. Por exemplo, ter a participação de um aluno que utiliza cadeiras de roda, exige acionarmos providências, condições materiais e estrutura física que atendam algumas necessidades, como por exemplo, a construção de rampas de acesso ou de uma escrivaninha de estudos adaptada às condições da criança.

* Ela observa que não reinventou o conceito de “direitos para todos”, na direção da idéia de “direitos para qualquer um”. “Faço essa discussão inspirada por muitos outros colegas e autores que a fazem”.

* Adriana Marcondes conta que conversar com os professores, em suas reuniões, sobre os processos de subjetivação que vão sendo produzidos nessa realidade, tem sido uma prática na qual o saber da psicologia tem a contribuir com a área da educação.

* Marcondes adverte para o perigo das práticas chamadas inclusivas produzirem fracasso quando as diferenças passam a ser tratadas como questões apenas individuais. Isso reforça a produção de desigualdade. “Fala-se do cego e nossa pergunta é: como a cegueira atravessa o território escolar?”, questiona ela. “Devemos devolver ao coletivo o que é produzido coletivamente e não apenas individualmente. Por isso a necessidade de se pensar em práticas, currículos escolares, estrutura física, sistema de avaliação e rotina que comportem todas as crianças”, acrescenta.

* Para ela, aprender a compartilhar, permitir espaços coletivos diferenciados implica uma metamorfose de algumas práticas. “Criança é, antes de tudo, criança, e não alguém portador de necessidade educacional especial”, adverte.

* Adriana Marcondes diz que a educação inclusiva tem o papel de tornar a vida em sociedade mais democrática: “É contagiante ver as crianças da escola podendo brincar e criar diferentes formas de ser, fazendo caber aquilo que nossa sociedade exclui. Esse jogo de forças no qual se dá a exclusão e inclusão, está todo tempo presente no trabalho da educação inclusiva”.

Ao contrário do que foi publicado na matéria “Direitos ou Sanções para os Jovens?” da edição anterior do jornal Psi, Débora Cristina Fonseca não é mais conselheira tutelar, cargo que ocupou no período de 1997 a 2000.

Ética

➤ Gostei muito da matéria "Os Desafios para Disciplina Ética Profissional" publicada na edição 138 do Jornal de Psicologia. Gostaria de saber se vocês teriam interesse na publicação de um artigo ou ensaio sobre o assunto.

Cristiane Aparecida da Silva - CRP 06/27.457-2

Resposta do CRP-SP

O jornal não publica artigos enviados. Sugerimos que o material seja enviado para a revista *Psicologia: Ciência e Profissão do CFP*

UNICSUL

➤ Cumpre-me informar que a Universidade Cruzeiro do Sul não oferecerá os cursos de Testes Palográfico e Wartegg. A Universidade tomou conhecimento da suspensão pelo CFP apenas após a edição do material e encaminhamento ao CRP-SP para divulgação, o que nos impossibilitou sua retirada. A UNICSUL respeita a posição do Conselho Federal de Psicologia e aguardará o oferecimento dos cursos até que o CFP emita parecer favorável.

Prof. Dr. Luiz Henrique Amaral,
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Nota do CRP-SP

O CRP-SP solicitou a suspensão dos cursos sobre os testes Palográfico e Wartegg, inabilitados pelo CFP, que estavam em anúncio publicitário publicado equivocadamente no jornal *PSI* deste Conselho.

FNDC

➤ As matérias das últimas edições do jornal do Conselho, referentes às políticas públicas em comunicação, têm me interessado bastante. Fico satisfeito em ver a postura do Coordenador do CRP 06: "...o problema da Comunicação é tão importante quanto o da Educação, afinal, estamos falando do grande sistema de formação de consciência". Tenho interesse em participar ativamente da Comissão de Comunicação do CRP 06, peço que me orientem sobre calendário de eventos programados e responsável com quem eu possa conversar.

Artur Chagas

Resposta do CRP-SP

A plenária do CRP-SP, reunida no dia 13 de março, inaugurou o Núcleo Paulista de Psicólogos pela Democratização da Comunicação. O Núcleo vai dar suporte ao Movimento de Democratização organizado pelo FNDC e será integrado pelos profissionais que entraram em contato com o Conselho, interessados em participar do movimento. A colaboração de todos será muito bem-vinda.

Vigilância Sanitária

➤ Lendo o último jornal do CRP (jan/04), fiquei indignada com a reportagem "Psicólogos e Serviços Clínicos estão Submetidos à Vigilância Sanitária", pois não encontrei justificativa aceitável para essa submissão. Fiz o meu cadastramento pessoalmente no "glorioso" CVS, como orientação do próprio CRP, mas questiono os motivos para isso e não aceito os valores cobrados sem a existência de justificativas razoáveis para que isso ocorra.

Rita Andréa A. Mello - 06/35251-6

➤ Gostaria de solicitar que seja submetida à apreciação desta diretoria e que seja levada à assessoria jurídica deste Conselho a questão da taxa que a ANVISA pretende cobrar dos psicólogos. (...) Aguardo um posicionamento dos senhores quanto a estas considerações o mais breve possível. Espero conseguir sensibilizá-los. Caso seja necessário, reunirei o maior número de psicólogos para tomarmos nós as providências cabíveis que deveriam ser tomadas por este Conselho.

Zélia Maria da Silva Cabral - CRP 06/18.082

➤ Gostaria de perguntar, se é sabido que quando vamos abrir um consultório, já pagamos uma taxa para a Vigilância Sanitária para que possamos ter aprovado nosso funcionamento.

Deixo minha contestação e gostaria muito que nosso Órgão representativo dos Psicólogos CRP não deixasse essa bola ir para frente, pois se for, fecho meu consultório e vou trabalhar de empregado.

Oswaldo Fumes - CRP 06/54991-5

Resposta do CRP-SP

Vide nota sobre o assunto na seção "Mural" desta edição.

ISS

➤ O CRP tem se caracterizado pela luta em favor dos direitos do psicólogo, de forma crítica e consciente. Por isso, chama a atenção a nota publicada no jornal do CRP sobre o ISS para psicólogos. A nota ressalta o desconto obtido para profissionais liberais, porém omite que, mesmo com o referido desconto, os psicólogos estão sendo submetidos a um vergonhoso aumento de imposto, sem justificativa plausível.

Arnaldo Motta - CRP 06/14680

➤ Penso que o CRP poderia ter notificado os psicólogos de forma mais direta quanto à redução do ISS, por correspondência. Eu, por exemplo, já paguei mais do que devia, agora resta a esperança de receber o excedente da Prefeitura.

Silvana Plácido - CRP 06/38303

Resposta do CRP-SP

O psicólogo, que deseja trabalhar como autônomo, deve procurar a Prefeitura local para se inscrever como prestador de serviços de Psicologia (ISS), assim como se inscrever no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). De posse destes documentos, o psicólogo pode emitir recibos de consultas para efeitos de Declaração de Imposto de Renda.

Tais requisitos para o exercício profissional dizem respeito a uma legislação que não é dos Conselhos Profissionais, mas são exigências da Prefeitura, ou seja, de que todos os profissionais que trabalhem como autônomos tenham a inscrição (ISS).

No ano passado, tendo havido um aumento considerado abusivo deste tributo, o CRP-SP foi levado a entrar com uma Liminar na Justiça, questionando o imposto a ser cobrado do psicólogo autônomo. Ocorre que o juiz, ao apreciar a referida Liminar, entendeu que o Conselho, "por ser um órgão fiscalizador", não possuía legitimidade para fazer tal solicitação em nome dos psicólogos, indeferindo nosso pedido.

Ocorre, porém, que em 14 de outubro de 2003, por sua iniciativa, a Prefeita Marta Suplicy sancionou a Lei nº 13.656/03, alterando dispositivos relativos ao ISS, especialmente no que se refere ao valor recolhido pelas sociedades profissionais e sua forma de pagamento, resultando portanto, na redução do valor do ISS.

O CRP-SP também foi pego de surpresa e tivemos a iniciativa de informar a categoria através de nosso site, sendo que tínhamos orientado os profissionais a pagarem o valor exigido pela Prefeitura de forma parcelada na medida em que tínhamos questionado na justiça tal aumento, prevendo que poderia haver um atraso na decisão por parte do juiz.

A íntegra da referida Lei encontra-se disponível em nosso site desde a sua publicação em Diário Oficial. Ao fazermos tal divulgação através do nosso site, acreditávamos estar escolhendo um veículo de informação ágil, visto que a grande maioria dos psicólogos já vinha pagando o ISS de forma parcelada.

Agradecemos seu interesse.

Atenciosamente,

Comissão de Orientação e Fiscalização - CRP-SP

Psicologia Jurídica

➤ Muito adequada e bem pontuada a matéria sobre psicologia jurídica. O psicólogo judiciário do interior, vive uma realidade que pode ser exposta da seguinte maneira: primeiro, ele atua em todas as áreas. No segundo momento, nossas condições de trabalho são no mínimo precárias: mesas de aplicação de testes improvisadas, técnicos amontoados em "salas" que são verdadeiros cubículos, e, é claro, computadores só os que são doados. Como fazer um curso de especialização quando nossos salários estão sem correção há anos? No terceiro momento, mesmo sob essas condições, executamos, e bem, o nosso trabalho, entrevistamos, avaliamos, aplicamos testes, fazemos visitas domiciliares, acompanhamentos, orientações e encaminhamentos; e aí nos deparamos novamente com aquela velha e conhecida realidade político-social: encaminhamos para onde?

Eduardo Bezerra, psicólogo judiciário

Enquete do site

➤ O texto da enquete que está no site do CRP-SP (*Na sua opinião, a qualidade da programação da televisão deve ser controlada pela sociedade civil?*) induz o leitor a dizer que quer que o Governo vigie a "qualidade" da programação da televisão. Atenção para o equívoco de os psicólogos estarem abrindo as portas da censura.

André Goldenberg - CRP 06/54573

Resposta do CRP-SP

O nome da campanha aprovada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados já implica, certamente, uma posição assumida. A pergunta da enquete, por sua vez, solicita que os psicólogos emitam sua opinião sobre tal posição.

Comissão de Comunicação do CRP-SP

Avaliação Psicológica e CNH

➤ Por dois anos e meio, tive um psicotécnico na cidade de Mococa. Com a oportunidade de me aprimorar, solicitei transferência para cidade de Araras-SP. Em Mococa, o serviço de peritagem para o trânsito estava funcionando de maneira correta - divisão equitativa; mas em Araras não era assim. Divisão equitativa não existe, há um mandado de segurança contra o parecer da divisão. Veja bem, enquanto uma psicóloga ficava com a maior parte do bolo (o município contava na época com quatro psicólogas, sendo que apenas uma tinha uma parcela de 70% dos testes), eu tinha apenas 5% dos exames do município. Enfim, me enviaram um analfabeto, com planilha Renach, e solicitando sua aprovação... eu o reprovei, e veio então o maior boicote da cidade para com meu trabalho. Levei a conhecimento das autoridades, que apenas me disseram que nada poderiam fazer para reverter o quadro, visto que o problema da divisão equitativa encontra-se *sub judice*. Por isso, quando li a reportagem sobre a questão do psicotécnico, não poderia deixar de falar o que aconteceu comigo.

Andreia Queiroz Carniel - CRP 06/54.467

Emprego

➤ Gostaria de saber se vocês divulgam oportunidades de emprego e abertura de concursos para psicólogos.

Evelyn Barreto Santiago

➤ Que tal vocês criarem uma espécie de agência de empregos apenas para psicólogos? Será que não seria uma boa? Reflitam sobre isso e eu fico aguardando uma resposta de vocês.

Lilian Savordelli - CRP 06/50.214

Resposta do CRP-SP

O CRP-SP estuda criar uma seção no site do Conselho com links para páginas de concursos na área de Psicologia disponíveis na Internet.

Empresas exigem avaliações psicológicas para extorquir desempregados

Denúncias indicam que agências de recursos humanos cobram de candidatos despesas com testes para vagas de emprego, supostamente existentes

Em tempos de desemprego, empresas de recolocação profissional de idoneidade duvidosa exigem dos candidatos a realização de avaliações psicológicas para assumirem supostas vagas de emprego. Cuidado, pode ser uma fraude! A Comissão de Orientação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo tem recebido consultas de psicólogos sobre a legalidade da aplicação dos testes e de avaliações realizadas nessas circunstâncias e queixas de usuários lesados com a fraude.

Preocupado com o volume de queixas e dúvidas, o CRP vem informar e orientar os psicólogos/usuários com relação à questão: o psicólogo pode estar incorrendo em práticas que ferem não somente o Código de Ética, mas que também denigrem o conceito que a sociedade tem do profissional em Psicologia.

A extorsão praticada por agências de recursos humanos está na mira não só do CRP-SP, mas de órgãos reguladores como a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor. A assistente de direção do PROCON, Sônia Cristina Amaro, observa que este tipo de ação ocorre e que, geralmente, as pessoas só percebem que foram logradas depois de terem feito os gastos e de perceberem que a empresa não fez a sua parte no contrato.

O caso mais recente é de Fernando Mendes Oliveira, que procurou, em janeiro, o CRP-SP para se queixar de duas consultorias de recursos humanos que lhe ofereceram vagas nas áreas financeira e contábil. Ambas chegaram a ele através de seu currículo à disposição no *site* de uma empresa de recolocação profissional. A condição para participar do processo seletivo era o pagamento pela realização de testes como Inventário Fatorial de Personalidade e o Perfil Profissional, que custavam entre R\$ 100 e R\$ 600. Desconfiado, ele procurou duas clínicas e o CRP-SP, além de consultar os departamentos pessoais da General Motors e da Telefonica, onde trabalhara, e descobriu que os testes geralmente são pagos pela empresa contratante e não pelo candidato. Diretora da área de avaliação psicológica do Instituto de Psicologia Organizacional, a psicóloga Tatiana Wernikoff confirma que os custos das avaliações são de responsabilidade da empresa empregadora. A exceção, diz, é para concursos públicos como o de juiz federal, que determina ao candidato a entrega da avaliação junto com o restante da documentação exigida e para quem procura orientação vocacional ou de carreira.

Tatiana Wernikoff adianta que exigir dados pessoais específicos e avaliação psicológica é uma etapa avançada no processo seletivo. Antes, o candidato precisaria ter passado por entrevistas e testes técnicos ou de competências técnicas e ser informado sobre a vaga, as condições de trabalho e as perspectivas, para também ter dados que o auxiliem a fazer suas opções (valorização da liberdade de escolha, mesmo em um merca-



“Os custos das avaliações são de responsabilidade da empresa empregadora”

Tatiana Wernikoff

do difícil!). “É um desrespeito e injusto submetê-lo a um processo seletivo que não o informa para qual empresa ele está se candidatando”, avalia.

Informações — Para esclarecer dúvidas de psicólogos e contratantes quanto ao custo das avaliações psicológicas, o CRP-SP disponibiliza em seu *site* (www.crp.org.br) uma tabela referencial de honorários e faz alguns alertas em relação ao assunto:

- 1ª) Os candidatos têm direito a receber as informações decorrentes das avaliações psicológicas a que se submeteram;
- 2ª) Pessoas, que não são psicólogos, não são autorizadas a fazer avaliação psicológica;
- 3ª) Caso o psicólogo seja conivente com a empresa que lhe solicita as avaliações de candidatos sem que haja vagas para os mesmos, o profissional estará cometendo uma infração ética, ou seja, “o psicólogo, em função do espírito de solidariedade, não será conivente com erros, faltas éticas, crimes ou contravenções penais praticadas por outros na prestação de serviços profissionais” (Art. 9).

Para evitar transtornos, a Comissão de Orientação do CRP-SP aconselha os psicólogos procurados por consultorias de recolocação profissional, ou que já tenham con-

tratos de trabalho para realização de avaliações psicológicas, que se mantenham informados sobre a reputação da empresa, a existência efetiva das vagas e a validade dos testes apropriados, considerados aptos para o uso pelo Conselho Federal de Psicologia e disponíveis no *site* www.pol.org.br. Os profissionais podem ainda consultar sobre as empresas na base de dados on-line do PROCON, no www.procon.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3824-0446.

Na questão dos documentos decorrentes de avaliação psicológica, é preciso lembrar a importante questão do sigilo profissional. O documento deve ser enviado em envelope lacrado com uma etiqueta “confidencial”, tendo em vista preservar os dados da pessoa, quando encaminhado a quem de direito. O acesso a estes dados só será permitido a quem estiver igualmente sujeito, por dever do Código de Ética, ao sigilo profissional, sendo que esta condição deve ser alertada ao profissional a quem foi endereçado o relatório.

Toda pessoa, que se submeter a uma avaliação psicológica, terá direito a receber a devolutiva ao final do processo. Como não há normatização quanto à formatação, a devolutiva poderá ser feita verbalmente ou por escrito.●

Fora e dentro: o Brasil no mundo



Pelo fato de ser integrado ao sistema capitalista mundial em nascimento, através do processo colonizador, o Brasil passou a fazer parte da periferia desse sistema. Ser da periferia significa ter seus recursos explorados em função de desenvolvimento dos países do centro do capitalismo.

O nome do nosso país não é uma homenagem precoce à preservação ecológica, mas, ao contrário, expressa a única mercadoria que interessava naquele momento aos colonizadores, para fabricar tintas que dariam cor vermelha às roupas com que a aristocracia européia passeava pelos seus salões. Ter o nome de uma mercadoria por si só já dava idéia do que seria nossa "história": os ciclos que marcaram essa história - açúcar, ouro, café, borracha - designavam que mercadorias passavam a interessar ao mercado dos colonizadores. Tivemos nossa história periodizada por eles, em função de seus interesses, de fora para dentro. Nós não escolhemos nosso destino - nem o que explorar da natureza, nem como fazê-lo, menos ainda em contar com mão-de-obra escrava.

A colonização e a escravidão são as duas marcas essenciais da nossa história na sua origem, que nunca mais nos abandonaram, porque nem logramos estabelecer um Estado e uma economia soberanas, nem fizemos a reforma agrária, para dar terra aos trabalhadores do campo - entre eles os ex-escravos, que passaram de escravos negros a negros pobres.

Existíamos antes, mas tivemos nossa história original rompida e fomos "refundados" como país de fora para dentro, a partir da colonização e da escravidão. A "independência" representou um grande pacto de elite, em que se mudava a forma de dominação política sobre o povo, sem alterar seu conteúdo de poder das minorias. O monarca português transferia a coroa para cabeça do seu filho, alertando-o contra o surgimento de outros Tiradentes: "Meu filho, ponha a coroa na sua cabeça, antes que algum aventureiro o faça." Aventureiros éramos nós, os

candidatos a Tiradentes, a Bolívar, a San Martín, a O'Higgins, a Artigas; a Sucre, que lideraram seus povos em outros países do continente, expulsando os colonizadores e afirmando que aquele período havia sido, até ali, um período de invasão e exploração de fora para dentro.

Como em todos os pactos de elite, os de baixo é que pagam o preço. Aqui, além de não passarmos de colônia à república, mas à monarquia, manteve-se a escravidão por mais algumas décadas, fazendo do Brasil o país que mais tarde aboliu com esse lacre na América Latina. Deu tempo para que os latifundiários conseguissem impor uma Lei de Terras, em 1850, que legalizou seu poder sobre as terras que haviam ocupado, fazendo com que aqueles que finalmente se tornaram negros livres, não tivessem onde exercer seu trabalho livre e fizessem dos negros automaticamente pobres e excluídos.

A partir de 1930, a crise de 1929 nas metrópoles imperiais - EUA e Grã Bretanha - deixou espaço para que o Brasil crescesse de dentro para fora - e praticamente começasse a construir nosso "dentro", ao dar início a reconhecimento dos direitos básicos dos trabalhadores. O trabalho deixava de ser algo ligado a uma "raça inferior", para ser característica de uma classe social em condições de lutar pelos seus direitos.

Em algumas décadas, o Brasil deu o maior salto da sua história: de país agrícola, passou a industrial; de país agrário a urbano. Os nossos avanços vieram dessas déca-

das, até o final dos anos 80, quando exatamente os freios externos voltaram a brear o nosso desenvolvimento interno. Havíamos crescido, embora sem distribuir os frutos do crescimento, mas pelo menos crescíamos, a população pobre podia buscar formas melhores de sobrevivência. A partir dali, as travas externas se impuseram de novo, agora sob a forma da dívida ao capital financeiro, que se valeu disto para se tornar o capital hegemônico no país.

Hoje a dialética do dentro e do fora volta a definir os destinos do Brasil. Existem dois foras e dois dentro. Um está balizado pelo projeto da Alca, a integração do continente sob a hegemonia norte-americana e define que o Brasil se consolidaria como um país voltado para fora, centrado na exportação de produtos primários - soja, frango, suco de laranja, etc. O outro é a integração via Mercosul, que privilegia a América Latina, favorece o mercado interno, a distribuição de renda, a afirmação da identidade diversificada dos países. Será um fora que se coloca a serviço do dentro. Deixaríamos de ser "globalizados", para estarmos em melhores condições de lutar por uma outra globalização, solidária, humana, de lutarmos por "um mundo em que caibam todos os mundos".

Emir Sader

Sociólogo e coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)



“A colonização e a escravidão são as duas marcas essenciais da nossa história na sua origem, que nunca mais nos abandonaram”

Emir Sader

Psicólogo assume novo papel no sistema penitenciário

Mudanças na lei de execução penal reconfiguram atuação do profissional

A aurora do psicólogo no sistema penitenciário parece que se anuncia. Até então encerrado nos limites dos laudos criminológicos, o profissional dessa área começa a trilhar novo caminho assumindo o seu verdadeiro papel: o de profissional da saúde.

Até recentemente, os psicólogos do sistema prisional integravam as CTCs - Comissões Técnicas de Classificação -, e eram responsáveis pelo exame criminológico dos indivíduos condenados à prisão pela Justiça (Lei de Execução Penal, n° 7.210/84). As intervenções aconteciam de maneira multidisciplinar com psicólogos, psiquiatras, advogados, assistentes sociais e funcionários das unidades prisionais. Pela legislação, deveria haver avaliações psicológicas na entrada dos sentenciados, realizadas nos COC - Centros de Observação Criminológica -, além de observações continuadas ao longo da execução da pena, os chamados "pareceres", que teriam o objetivo de oferecer aos juízes e a outros órgãos responsáveis pela execução da pena uma avaliação de como estão se desenvolvendo os presos. Também seri-

am realizados exames periciais em caso de progressão de regime de pena ou de indulto.

No entanto, a lei não era cumprida e, na maioria das unidades prisionais, os psicólogos não se dedicavam ao acompanhamento dos presos determinado no papel. Basicamente, realizavam os exames para progressão de regime de pena, uma tarefa imprescindível para orientação dos juízes. Essas avaliações deveriam ser compostas de entrevistas, mas, na prática, resumiam-se a um único contato com o detento.

Mas, desde o final do ano passado, a cláusula da Lei de Execução Penal, que tornava obrigatória a realização de exames de avaliação dos presos, sofreu importante alteração. Com a extinção do parecer técnico e da CTC, para que o preso progredisse de regime prisional fechado para o semi-aberto, a atuação do psicólogo foi reconfigurada.

Pela alteração da lei, os psicólogos vislumbram nova jornada nesta área. "Estamos redefinindo a atuação que estará voltada para a reintegração do preso à sociedade, agindo como profissionais de saúde



“Meu principal questionamento é qual convite o psicólogo deve aceitar: o de ser agente da punição ou o de ser agente de transformação”

Maria Aparecida Gobato Lopes Castro

de que somos”, declara o Diretor do Núcleo de Observação Criminológica e conselheiro do CRP/SP, Élcio dos Santos Sequeira. “É um recomeço, é uma mudança radical no papel profissional, pois, antes, alguns profissionais da área sentiam-se como se estivessem ligados somente à Justiça, esquecendo-se da atuação em saúde mental”, comemora Sequeira.

A psicóloga Maria Aparecida Castro, que atua na Penitenciária de Assis, no interior paulista também comemora as mudanças: “Há tempos, o psicólogo na penitenciária tinha como função reconhecida a de avaliação criminológica para os relatórios que iriam funcionar como referência para o juiz na sua resolução de concessão de benefícios para um sentenciado. Com a mudança da legislação, estamos passando por um período de transição muito bem-vindo, forçando todos os envolvidos no trabalho a discutirem sua atuação e investimento na área”.

Ela chama atenção para o fato de que a aplicação está sendo feita de forma pouco coletiva, já que se trata de uma das mais amplas reformas já ocorridas no papel da Psicologia dentro da instituição. “Trata-se de um momento essencial para que a função do profissional seja rediscutida e redefinida, podendo demarcar o traço de qualificação profissional que tanto é questionado desde sua entrada na instituição”,





pondera. "Quando a Psicologia é chamada a ocupar um lugar na detenção, cabe a nós nortearmos quais as questões prioritárias a serem trabalhadas e a ética que permeará estes trabalhos", afirma.

Mesmo assim, ela admite que convive com perguntas que mostram que as pessoas não sabem o que um psicólogo faz numa penitenciária. "Meu principal questionamento é qual convite o psicólogo deve aceitar: o de ser agente da punição ou o de ser agente de transformação", observa. Ela conta que o trabalho do psicólogo na penitenciária é complexo. "Lá, nos deparamos com o fato de que para aplicar as propostas da Psicologia, temos que passar por uma adaptação bastante complicada que vai desde como mantemos sigilo até como lidamos com ameaça de morte das pessoas que atendemos", revela Maria Aparecida.

A psicóloga chama atenção para as falhas na formação do profissional que pretende atuar na área. "Em nossa formação não existe ainda uma disciplina que se proponha a problematizar o exercício. A produção acadêmica sobre o tema é escassa e voltada especificamente para questão histórica e da Psicologia Social, nada sobre sua prática na instituição", critica ela, o que, para Maria Aparecida Castro, justifica o fato de haver um grupo tão reduzido de profissionais na área. O último levantamento, de 1999, realizado pela Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, constatou a existência de aproximadamente 270 psicólogos, 81% de mulheres, trabalhando nas unidades prisionais do Estado de São Paulo.

As mudanças no exercício do psicólogo nos presídios não param por aí. Uma parceria entre os Ministérios da Justiça e da Saúde resultou na Portaria 1777, de 9 de setembro de 2003, também denominada Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, que define "ações e serviços que viabilizem uma atenção integral à saúde da população compreendida pelo Sistema Penitenciário Nacional, estimada em mais de 200 mil pessoas, distribuídas em todas as unidades da Federação". O texto da Portaria Interministerial declara, ainda, que o atendimento deverá ser feito por uma equipe mínima integrada por médico, enfermeiro, dentista, assistente social, psicólogo, auxiliar de enfermagem e auxiliar de consultório dentário. Os profissionais terão carga horária de 20 horas

semanais e cada equipe será responsável por até 500 presos.

O representante do Sindicato dos Psicólogos questiona a medida. "Não fomos chamados para discutir os termos da Portaria. Quanto à SAP, gostaríamos de ter tratado do plano de carreira, negociar aumento salarial que não temos há mais de 10 anos, tratar de questões relacionadas à estrutura interna de trabalho", reclama.

Fátima França, presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, diz que com a alteração da Lei da Execução Penal, os psicólogos continuam compondo as Comissões Técnicas de Classificação-CTCs, mas "livraram-se da ação pericial" vinculadas à progressão de regime, à concessão de indulto e ao livramento condicional, no entanto permanece a classificação para a elaboração "do programa individualizador da pena privativa de liberdade" (Lei 10.792, art.6). "Apesar da manutenção do termo "classificação", o psicólogo tem a oportunidade de rever sua prática, sua formação e seu embasamento teórico. Não é mais possível permane-

cermos atuando no Sistema Penitenciário sem realizarmos diálogo com a sociologia, criminologia, principalmente, com a criminologia crítica, a qual muda o enfoque do entendimento da criminalidade e do indivíduo criminoso. Nesta abordagem, não se busca a explicação do comportamento criminoso, aliás, o indivíduo não é visto como desviante, entra em cena a análise sobre a sociedade e o que ela tem a ver com o indivíduo em questão. Buscase a compreensão da criminalidade por meio do estudo da interação entre indivíduo criminoso e a sociedade" raciocina.

Nessa perspectiva, Fátima diz que não se pode afirmar que a atuação do psicólogo no Sistema Penitenciário visa à saúde mental, pois ao pensarmos saúde mental também nos remetemos à doença mental, e a ocorrência da criminalidade, na grande maioria dos casos, não se relaciona com doença mental. A possibilidade de reintegração social do sentenciado exige, segundo a presidente da ABPJ, uma compreensão ampla da questão criminal, a elaboração de programas sugeridos pelos próprios psicólogos, a ampliação e a atualização da formação profissional. ●

INFORME PUBLICITÁRIO



FORMAÇÃO EM HIPNOTERAPIA COM PSICOTERAPIA BREVE

**Instituto Milton H. Erickson de São Paulo &
Instituto de Hipnoterapia Educativa**
Destinado à Psicologia Clínica e Hospitalar

HIPNOTERAPIA ERICKSONIANA em 178 hs – 11 meses
HIPNOTERAPIA EDUCATIVA em 178 hs – 11 meses

Fone: (11) 5585 3372 Fax: (11) 577 3692
Site: www.hipnoterapia.com.br
e-mail: hipnoterapia@hipnoterapia.com.br



Ψ P P E S P

INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

Cursos de Especialização para Psicólogos (2 anos)
Cursos de Extensão para Estudantes e Profissionais das
Áreas da Saúde e Educação (4 meses)

Programa-se para o 2º Semestre de 2004
Consulte o site:
www.lppesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luís Góis, 1185 - Metrô Santa Cruz
Tel. 5594.1226

Disq Freud

Obras completas – 24 vols.
Promoção - 4x199,00
Atendemos a todo o Brasil
Entregamos à domicílio
SP Fone: (11) 8236-6305



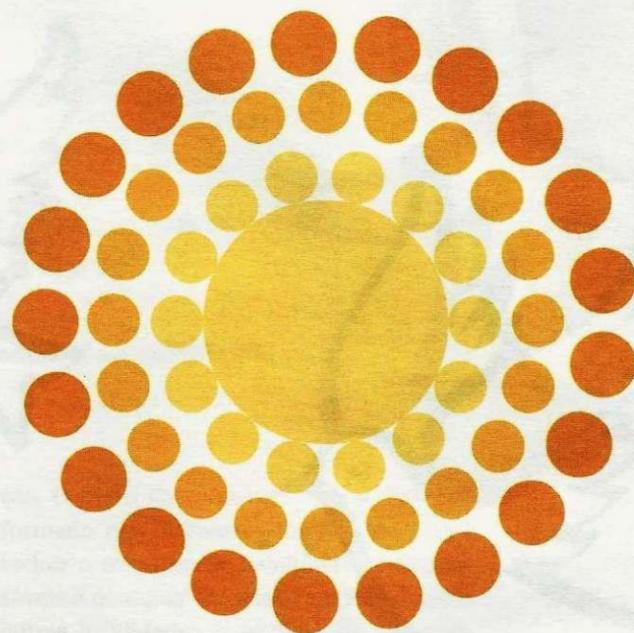
Inscrições Abertas:
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
Coordenação: Ernesto Duvidovich (CRP 06/07745-1)
e Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP 5039/6.a)

Início: 02 de setembro de 2004 / Duração: 6 semestres
Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou 5ª feira: das 18h às 21h

Informações: 11 3864-2330 / 3865-0017
Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu /SP

Novo Código de Ética reafirma compromisso social do psicólogo

A relação do profissional passa a ser com a sociedade



Resultado de 420 teses produzidas de uma maratona de discussões, encontros e dos Fóruns Regionais e do Nacional, ao longo de uma gestação de 12 meses, o novo Código de Ética Profissional do psicólogo está prestes a nascer. Sintonizado com as transformações sociais e com o desejo da categoria de democratizar o acesso da população a um conhecimento científico até então elitizado, este documento cristalizará princípios fundamentais, que nortearão a atuação do psicólogo de agora em diante: o respeito e a defesa da diversidade, da igualdade e da equidade. A relação do psicólogo passa a ser com a sociedade.

José Carlos Tourinho, ex-conselheiro do CFP e que integra a comissão que está sintetizando as propostas do novo Código de Ética, explica que as teses acolhidas do Fórum Nacional sinalizam para a valorização das questões individuais, ao mesmo tempo em se preocupa com aspectos sociais e com a ampliação do atendimento do psicólogo. Outra consideração importante aprovada: reconhecer a necessidade de se criarem instrumentos para que aquele, que está na ponta mais frágil da corda social, vivencie a sociedade em igualdade de condições.

O sentimento da categoria de introduzir princípios, que valorizassem a inclusão social, reproduziu, na verdade, as Resoluções do Conselho Federal de Psicologia que censuram a prática de exclusão. O caminho natural era de que o Fórum Nacional as incorporasse. O Secretário de Orientação e Ética do CFP, Aluizio Lopes de Brito, dá exemplos: a questão de se proibir o psicólogo de tratar a homossexualidade como doença, assunto previsto pela Resolução 01/99, e a proibição do psicólogo de se acumpliciar com culturas discriminatórias prevista na Resolução 18/02. Mas outras tantas foram assimiladas pelo Fórum Nacional, como os documentos escritos, a realização de pesquisa em psicologia com seres humanos e o atendimento psicoterapêutico pela Internet.

Aluizio Brito chama atenção para uma temática que redirecionará definitivamente o papel do psicólogo na sociedade. Ao contrário do que ocorrera no passado - quando a Psicologia era muitas vezes associada ao castigo, como lembra a Coordenadora da Comissão de Ética do CRP-SP, Elisa Zaneratto Rosa, e o profissional podia passar impune mesmo sendo conve-

niente ou agente de ações repressoras -, a partir da aprovação do novo código, aquele que se omitir em relação a quaisquer práticas de exclusão, será enquadrado pelo Código de Ética. Isso inclui a tortura e a discriminação nas escolas, empresas ou hospitais. "O sigilo profissional deve ser quebrado, quando diante de um caso de violência e de infração das garantias individuais e dos direitos humanos", antecipa. "Será dever do psicólogo denunciar si-

tuações que coloquem as pessoas em risco", acrescenta Elisa.

Muitas destas posturas, que serão absorvidas no texto final, acertam o passo com legislações vigentes atualizadas, como o Código de Defesa do Consumidor, o Código Brasileiro de Trânsito, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente. No caso do ECA, o Código incorporou 90% de seus princípios. Este sincronismo com as leis, que defendem a

“O Código de Ética constitui-se como um instrumento ampliador da consciência e da participação do profissional”

José Carlos Tourinho

O novo Código de Ética em processo de construção

O primeiro Código de Ética Profissional do psicólogo, aprovado no final da década de 70, por meio da Resolução N°029/79, não contemplava todas as possibilidades de atuação profissional, pois se baseava eminentemente na área de atuação clínica. Anos depois, por meio da Resolução CFP N°002/87, aconteceu a última reformulação do Código de Ética, que, hoje, se encontra em processo de revisão. Este processo foi detornado por uma campanha do Conselho Federal de Psicologia convidando todo o Sistema Conselhos a uma espécie de debate sobre a responsabilidade jurídica e social do psicólogo, como cidadão, diante do usuário, frente às novas tendências da sociedade.

Os trabalhos de reformulação do Código começaram com o I Fórum Nacional de Ética realizado em 1997, em Brasília. Teve como objetivo propor discussões e reflexões amplas sobre ética e produzir alterações no Código. Do IV Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 2001, veio a indicação da necessidade de um amplo processo de discussão sobre questões relativas à ética profissional que culminariam nesse processo de reformulação do Código. Em 2003, a categoria profissional foi convidada pelo Sistema Conselhos a refletir sobre a matéria, dentro de uma perspectiva cidadã, em sintonia com as necessidades e a realidade da sociedade brasileira contemporânea.

Já em novembro de 2003, aconteceu o II Fórum Nacional de Ética, evento ligado a uma série de outras mobilizações em todo o Brasil, promovidas pelos Conselhos Regionais de Psicologia, visando a um amplo processo de mobilização e discussão para a revisão do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Os delegados, que representaram suas regiões, aprovaram as teses encaminhadas pelos Conselhos Regionais, como produto dos Fóruns Regionais de Ética.

Um relatório final das propostas de ampliação e modernização do Código de Ética foi submetido, em dezembro de 2003, à APAF (Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras da Entidade), que reúne o CFP e todos os CRPs. Uma das atribuições deste organismo foi acompanhar a execução das deliberações do Congresso Nacional, que determinou, como uma de suas ações, atualizar o Código de Ética. Na ocasião, a APAF decidiu pela criação de um Grupo de Trabalho que sistematizará as propostas e fará a minuta do Código de Ética. O processo de avaliação e decisão das propostas passará pelos plenários do Sistema Conselho, retornando à APAF. Só então, será entregue à categoria, sendo amplamente divulgado.

cidadania, procura levar o psicólogo, segundo Aluizio Brito, a exercer uma profissão preocupada com o compromisso social.

Ele comenta outro aspecto, que foi o carro-chefe das proposições: o que diz respeito à responsabilidade e às relações com a Justiça. "Como a avaliação psicológica está consolidada no campo da Justiça, dos concursos e os psicólogos trabalham com a possibilidade de recorrer ao Judiciário, o Código de Ética vai mexer nesta área para assegurar uma relação transparente com este Poder".

Elisa Zaneratto reforça o caráter propositivo do Fórum Nacional de Ética que decidiu por um Código capaz de indicar a sociedade em que queremos viver sem ficar amarrado a posturas, regras e determinações morais, que mudam com o tempo. Para ela, o Código será uma espécie de guia genérico de conduta profissional que apontará para realidades, como o trabalho multiprofissional, a qualidade dos serviços diretamente envolvidos à formação e o compromisso da Psicologia com a cidadania. Um subproduto de todas estas discussões, conforme Aluizio Brito, foram as propostas de 96 ações políticas que não se transformaram em artigos do Código de Ética, mas em política no campo da ética na forma de Resoluções do CFP.

José Carlos Tourinho resume o Código como um instrumento ampliador da consciência e da participação do profissional. "O psicólogo terá que estar antenado aos acontecimentos e à evolução histórica e criar uma consciência social para interferir na subjetividade das pessoas e da coletividade", diz ele. "O Código de Ética, ao mesmo tempo que perde o eco predominantemente clínico, vem dar conta de necessidades reclamadas pela sociedade, assumindo definitivamente um compromisso social", arremata Elisa Zaneratto Rosa. ●

Processos Éticos

Elaboração de documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica

"O psicólogo S. recebeu em seu consultório mais um menino, com cerca de quatro anos de idade, encaminhado pelo colega que se mudaria da cidade. Depois de um rápido diagnóstico, começou a atendê-lo, fazendo eventualmente orientações com a mãe, que era separada do pai da criança e levava, sozinha, o filho para a psicoterapia. O ex-marido estava em constante briga com a mãe, de modo que o garoto via o pai somente nos finais de semana, conforme havia sido estipulado pelo juiz, no processo de separação. No entanto, ocorria uma disputa judicial, na qual o casal não brigava pela guarda do filho, mas pelo número de visitas feitas pelo pai. A mãe dizia sempre nas sessões de orientação que o pai era agressivo, violento, que não era possível o diálogo com ele e que era esta a causa de todos os sintomas apresentados pelo menino e da impossibilidade de melhora dos mesmos.

O psicólogo, que cada vez mais sabia das agressões e ameaças do pai via relato da mãe, pensou ser prudente não se envolver com ele, trabalhando apenas com a mãe e o menino, de modo que nunca chamou o pai para qualquer tipo de participação neste trabalho. Ao tomar essa decisão, preocupava-se principalmente com o bem-estar da criança e zelava por seu espaço de terapia, na qual sempre eram trazidas situações, referentes ao relacionamento com o pai.

Cerca de três meses depois, a mãe da criança solicitou ao psicólogo um relatório sobre o estado de seu filho para que, na disputa com o marido, tivesse dados perante o juiz que sustentassem e justificassem o pedido de redução do número de visitas do pai. O psicólogo primeiramente hesitou, mas depois, na tentativa de proteger a criança atendida, escreveu o documento, intitulado como 'Laudo Psicológico' e não apresentava endereçamento. Iniciava-se com alguns dados da criança e em seguida passava a expor uma análise psicológica da mesma, seguida de informações a respeito de sua relação com a figura paterna, a qual é descrita como descontrolada e agressiva. O profissional aponta os prejuízos causados ao menino pelo contato com a figura paterna e pelas disputas desta com a figura materna, cuja relação com a criança é avaliada positivamente. Diante da descrição da figura paterna, incluindo hipótese de transtorno psiquiátrico, o psicólogo faz sugestões quanto à periodicidade das visitas do pai. No final, sua assinatura, sua inscrição no CRP-SP e a data.

Após a notificação da juntada deste documento aos autos do processo de regulamentação de visita, o pai fez a denúncia contra S. no CRP-SP. Ele apresenta cópia do documento e alega nunca ter se encontrado com o psicólogo, o que não lhe dava condições de fazer tantas afirmações a seu respeito".

Fica evidente a construção e elaboração de um material, intitulado como laudo, que não apresenta endereçamento nem tampouco o objetivo, e que faz uma série de afirmações sem a fundamentação necessária a respeito da metodologia utilizada e da origem das suas conclusões. Além disso, outras questões se colocaram à nossa reflexão: baseado em quê o profissional emitiu laudo afirmando agressividade de um pai que não conhece? Basear-se de imediato em relatos da mãe, que está em disputa com este pai na justiça, não seria imprudência ou precipitação? Será

que as conseqüências destas afirmações, que provavelmente dificultarão as visitas de um pai a seu filho, não deveriam ser algo mais refletido, pensado e fundamentado, para além de serem oferecidas de imediato a pedido da mãe? Não é estranho que o psicólogo, a partir de suas técnicas de avaliação psicológica, após empreender uma análise acerca da figura paterna, passe a fazer afirmações acerca do pai, desaconselhando contato com o mesmo?

Entendemos que este psicólogo comete falhas técnicas na emissão do laudo psicológico, não demonstrando preparo técnico e pessoal na elaboração do documento escrito. Não há referência aos métodos e técnicas utilizados para seu embasamento e as declarações não são devidamente fundamentadas, além de não estar assinalado o seu caráter confidencial. Por fim, este psicólogo forneceu documento escrito à parte envolvida em processo judicial, contendo avaliações sobre a outra parte, que jamais havia atendido, não demonstrando ponderação quanto às possíveis implicações decorrentes de seu parecer. Assim, podemos apontar a violação dos seguintes artigos do Código de Ética Profissional dos Psicólogos:

Princípios Fundamentais:

I- O psicólogo baseará seu trabalho no respeito à dignidade e integridade do ser humano.

Art. 1º - São deveres fundamentais do psicólogo:

c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional.

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

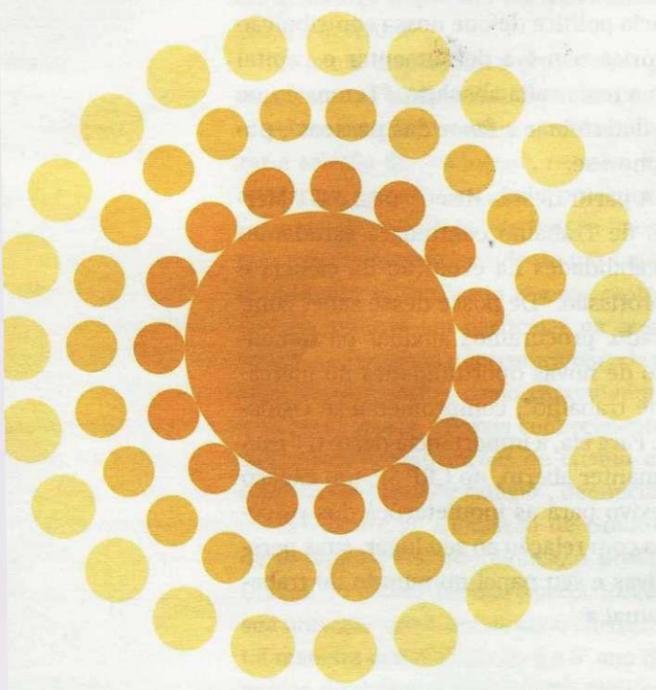
m) adulterar resultados, fazer declarações falsas e dar atestado sem a devida fundamentação técnico-científica.

Muitos profissionais cometem falhas técnicas ao emitirem documentos sobre avaliações psicológicas e, ao cometerem falhas técnicas, estão cometendo também falhas éticas, seja porque é um princípio ético a garantia da qualidade do serviço prestado, seja porque este comprometimento da qualidade técnica traz repercussões e prejuízos a pessoas envolvidas que claramente apontam um caráter ético.

A avaliação psicológica entendida como um processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, utiliza métodos, técnicas e instrumentos específicos da Psicologia. Seus resultados, muitas vezes expressos nestes documentos, devem considerar os condicionantes históricos e sociais para servirem como instrumento de modificação da realidade. Pensando assim, temos como princípio ético respeitar o rigor e a seriedade da emissão de qualquer documento que seja. Produzimos e oferecemos documentos de domínio público e, assim sendo, estes tomam formas diferentes, em espaços diferentes, para pessoas diferentes: há que se cuidar do que se olha, do que se vê e do que se diga!

Cabe, ainda, lembrar que a Resolução 17/02 regulamenta os documentos decorrentes de Avaliação Psicológica. Confira no site www.crp.org.br

Você pode dialogar conosco a respeito, trazer suas sugestões, opiniões, dúvidas ou temas de interesse, pelo e-mail etica@crp.org.br



Subsede Campinas

Identidade do trabalhador psicólogo

Especialistas discutem a trajetória da Psicologia no Brasil e seu ajuste ao mercado de trabalho

A atuação do psicólogo no mercado de trabalho brasileiro motivou o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, através da Subsede de Campinas, a formar o Grupo de Trabalho para discutir o assunto. Fruto da reunião de estudiosos do tema no simpósio "O Trabalhador Psicólogo, Trajetória e Perspectiva", que ocorreu em setembro de 2003, o GT diagnosticou a necessidade de atualização dos profissionais para uma inserção mais ativa na sociedade, dadas às poucas oportunidades de empregos formais para o psicólogo.

Os psicólogos traçaram a jornada trilhada pela profissão nas últimas décadas e identificaram rumos para o futuro. "Com as transformações sociais significativas em que a sociedade está inserida e no intuito de avaliar o desempenho desse profissional diante das adversidades, faz-se necessário repensar a atuação do psicólogo," afirma a subcoordenadora da Comissão Gestora da subsede, Osmarina Dias Alves.

Durante o simpósio, Júlia M. Cassulari Motta, professora-supervisora da Federação Brasileira de Psicodrama (FEBRAP) e do Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas (IPPGC), explicou que, para enfrentar o subemprego e as novas exigências no campo profissional, a categoria deve se mobilizar e assumir uma atuação mais consistente rumo às mudanças. "Precisamos reinventar a profissão e buscar saídas, criando assim uma resposta nova para uma situação antiga", definiu. Coordenadora do GT Mercado de Trabalho, Osmarina acrescenta que, para lidar com os conflitos sociais atuais, a categoria deve indagar se a teoria e as técnicas psicológicas, que sustentam a profissão, são, de fato, suficientes para atender as mudanças em curso.

Se, na era colonial, a Psicologia esteve entrelaçada à educação de índios pelo clérigo, no último século, cedeu lugar, antes ocupado pela educação teológica, a uma perspectiva mais social, que a psicóloga Júlia Motta alerta ter sido desencadeada por uma sucessão de fatos, que modificaram a profissão até hoje.

A Revolução Industrial trouxe o eixo trabalho para o contexto psicológico, continua a pesquisadora. "A conquista do di-

reito a salários abriu como precedente a perspectiva da concorrência entre os que têm a mesma força de trabalho, além da fragmentação do ofício que gerou certos descontentamentos entre os operários". Nesse período, a Psicologia no Brasil ganhou espaço e credibilidade, consolidando a profissão com a fundação de instituições voltadas para o treinamento de trabalhadores e o reconhecimento como disciplina acadêmica.

Começa, então, uma mudança no cenário mundial, voltada para os primeiros passos da globalização na década de 80, em que o número de carteiras de trabalho assinadas passa a cair vertiginosamente. "A nova realidade dos trabalhadores, em geral, é o subemprego, a terceirização e o trabalho autônomo inseguro. Abre-se um novo campo para o psicólogo, que pode atuar na melhoria da qualidade de vida do trabalhador", comenta a pesquisadora Júlia Motta.

Perspectiva e Tendências - "O século XX é o período da história humana de transformações radicais. O trabalho e a força de trabalho, a sociedade e a forma de governo são, nas últimas décadas, qualitativamente e quantitativamente diferentes de tudo o que já existiu em qualquer momento histórico" avalia a consultora em Recursos Humanos, coordenadora do curso de especialização em Psicologia e Gestão da PUC-Campinas e psicóloga clínica do Centro de Saúde da Comunidade da UNICAMP, prof. Dra. Maria Elenice Queelho Areias, que também participou do encontro em Campinas.

"Hoje, o mundo do trabalho está em reconstrução. O aumento da potência tecnológica é mais rápido que a criação de novos empregos. É necessário reestruturar os modelos de vida e de produção. O papel do psicólogo também está em transformação. Neste sentido, o cuidado com a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores devem ser o foco principal neste processo de reformulação", sugere.

Identidade profissional - No mesmo evento de setembro, com a temática "O Mundo Atual e o Lugar do Psicólogo no Mercado de Trabalho", o mestre em administração pela Fundação Getúlio Vargas e

doutor em Psicologia Social, Roberto Heloani, ponderou que "ser um adaptador de gente para condições de trabalho diversas não é a única identidade profissional do psicólogo". "A Psicologia Aplicada se fez necessária para que o Brasil deixasse de ser agrário para ser industrializado. Como havia pessoas preocupadas com modelos de gerência, os psicólogos viabilizaram e legitimaram esse processo disciplinador", afirmou Heloani, que leciona na Faculdade de Educação da UNICAMP, na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e UNIMARCOS, e é professor convidado na pós-graduação na Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo.

Para inverter o jogo opressor da falta de emprego, que prejudica o trabalhador psicólogo, estreitando as oportunidades de colocação profissional nesse século, Heloani apontou alternativas em várias outras áreas, como hospitais e corporações policiais, ONGs, associações de classe, sindicatos e outras que necessitem desse tipo de intervenção, desde que haja uma consciência política de que nossa contribuição histórica não é a de aumentar o capital nem a mais valia absoluto. "Temos é que nos determinar a favor das pessoas", posicionou-se.

A partir dessas discussões, o GT Mercado de Trabalho continuará estudando aplicabilidades na evolução da ciência e da profissão. "De posse desse saber compactado, procuramos auxiliar na fomentação de novas oportunidades no mercado de trabalho", comprometeu-se Osmarina. Para ela, a importância deste GT está em manter aberto, no CRP-SP, um espaço reflexivo para as inquietações dos psicólogos com relação ao seu lugar, suas perspectivas e seu papel no mundo do trabalho atual. ●

Subsedes Baixada Santista e Vale do Ribeira/Campinas

Famílias provisórias ao invés de abrigos

Programa dá novos lares a crianças em situação de risco social

Famílias substitutas para crianças em situação de risco social estão sendo preparadas por psicólogos em várias cidades do Estado de São Paulo. O programa Família Acolhedora tem sido implantado pelas Secretarias de Assistência Social nos municípios em que as leis já regularizaram seu funcionamento.

O Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP), através de suas sedes, tem estimulado a discussão sobre a formatação desses programas, promovendo debates e incentivando os membros do Grupo de Trabalho Criança, Adolescente e Família a participarem dos diversos Conselhos Municipais e dos Conselhos Tutelares, essenciais nesse processo. "A criança que é retirada do lar da família em situações comprovadas de abandono, violência doméstica ou desarrajo familiar, mesmo que momentâneo, vai conviver com outro lar, ao invés de ir para um abrigo", explica a conselheira do CRP-SP e membro da comissão gestora da Subseção Baixada Santista e Vale do Ribeira, Carla Bertuol.

Para ela, o programa dá aos psicólogos nova dimensão de trabalho familiar, lidando com dois núcleos simultaneamente, o que perde a guarda da criança e o que a recebe no momento de crise, o que não acontece com o atendimento tradicional. "As famílias substitutas abrem uma perspectiva de compreensão do universo infantil e a possibilidade de a criança lidar com dispositivos menos autoritários que favorecem a sua voz", comenta.

São programas baseados na não insti-

tucionalização da criança, que sofre com um ambiente de tratamento pouco personalizado. "Normalmente as crianças institucionalizadas vivem em ambientes que são lugares de poucas trocas verbais e afetivas, elas não são estimuladas na linguagem verbal, o que pode comprometer sua forma de se expressar e a construção de sua individualidade", diz. Para Carla Bertuol, a vida institucionalizada interfere, mais tarde, em diversas relações humanas, inclusive nas que teriam numa família adotiva, por exemplo, tais como poder disciplinar-se com horários ou no senso de propriedade.

Sob o aspecto psicológico, o tema é atrativo e complexo, afirma Carla. O profissional deve estar atento a vários processos, como o vínculo com a família de origem é rompido e como se dão as tentativas de preservação ou de reconstrução com a nova família, que pode ser até temporária, já que a substituta pode assumir apenas a guarda e não a adoção.

Carla Bertuol acrescenta que é preciso trabalhar no sentido de considerar as famílias acolhedoras como parceiras da equipe de psicólogos. "Mesmo que seja uma situação transitória, o efeito é positivo para a criança. Trata-se da sua história e da sua vida", ressalta ela.

Experiências reais - Em Campinas, a prefeitura municipal implantou o programa de famílias acolhedoras em 1997, através do Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente (SAPECA).

Nos mesmos moldes pretendidos em Santos, o SAPECA oferece acompanhamento social e psicológico sistemático às famílias das crianças e adolescentes que estão acolhidas e as observa por mais cinco anos, após o retorno ao grupo familiar de origem, evitando a revitimização de crianças que sofreram violência doméstica. "Venho buscando a delimitação de um campo de trabalho que contribua com essa proposta, tanto na sua dimensão política e pública, quanto na dimensão da subjetividade das crianças, seus familiares, consanguíneos ou não e seus acolhedores", garante a psicóloga do Programa, Daniela Martins Peterli.

Recentemente, o programa SAPECA realizou um seminário para propor uma alteração no artigo 90 do ECA, incluindo o atendimento psicossocial aos familiares de origem, para enfrentarem os problemas que os levaram à perda da guarda da criança ou adolescente. "O propósito é garantir cuidados à família de origem e dar-lhe o direito e condições de ter seu filho de volta", declara a assistente social e coordenadora do SAPECA, Janete Aparecida Giorgetti Valente. A proposta de inclusão na lei tem sido encabeçada pelo próprio SAPECA e pelo Juizado da Infância de Campinas, com a participação das prefeituras de Franca e do Rio de Janeiro, que desenvolvem projetos desse tipo.

Dois conquistas recentes do programa renovaram as expectativas de sucesso na preparação das famílias. Em 2003, um usuário do SAPECA foi eleito na composição do Conselho Municipal de Assistência Social e uma família acolhedora participou do processo eleitoral para o Conselho Tutelar de Campinas, mostrando na prática o envolvimento do público alvo do programa com a causa dos direitos da criança e do adolescente. ●



“As famílias substitutas abrem uma perspectiva de compreensão do universo infantil e a possibilidade da criança lidar com dispositivos menos autoritários que favorecem a sua voz”

Carla Bertuol

Psicólogos ferem a legislação

Desconhecimento das normas não isenta profissionais de responder pelos seus atos



O psicólogo, depois que se forma, precisa estar atento e atualizado sobre todos os instrumentos que normatizam a prática e dão prumo ético à profissão. Alegar desconhecimento da legislação, do Código de Ética e das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia não é argumento aceitável. Mas é este o expediente que mais seduz os infratores. O descumprimento de determinações pode caracterizar uma infração ética ou administrativa e gerar processos que podem resultar até em perda do direito do exercício profissional.

De acordo com Elisa Zaneratto Rosa, da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, isso se deve a um conjunto de fatores, que passa por questões como o desconhecimento da população em geral em relação aos seus deveres e às legislações a que está submetida, problema este que talvez não esteja sendo superado na formação do psicólogo e que se coloca como uma questão para todos, incluindo o próprio Conselho: "A categoria conhece muito pouco da legislação profissional. O profissional começa a atuar no mercado sem saber direito o que o Conselho legisla quanto à ética profissional e quanto à profissão de forma geral", afirma ela.

Das denúncias de infrações recebidas pelo Conselho, a que mais comumente é cercada de justificativas de desconhecimento é a intersecção de práticas não reconhecidas pela ciência e pela profissão. Os limites da Psicologia não são claramente regulamentados, mas são fruto de um processo social de construção da profissão e da ciência e podem ser vistos nos cursos e disciplinas das universidades, em publicações científicas amplamente aceitas na Psicologia, nos Congressos e eventos das entidades da Psicologia ou mesmo em seus jornais e revistas.

Segundo a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho, que avalia as denúncias recebidas, um dos problemas é o uso de terapias não reconhecidas pela ciência. A Comissão de Orientação do CRP-SP observa que os psicólogos muitas vezes desenvolvem outras práticas que estão fora do âmbito da Psicologia. Quando fazem isso, estão proibidos de associá-las ao exercício profissional de psicólogo.

Outra infração cometida por desatenção à legislação é atuar em um Estado diferente daquele do registro profissional. "O psicólogo cadastrado no Rio de Janeiro, por exemplo, que resolve vir a São Paulo e continuar atuando, precisa obrigatoriamente estar inscrito no Conselho Regional de São Paulo. Caso contrário, estará cometendo exercício ilegal da profissão", exemplifica a COF. Man-

“O profissional, que exerce atividades paralelas, pode acabar associando as duas atividades e deturpando a imagem social da profissão”

Elisa Zaneratto Rosa

ter o endereço desatualizado no Conselho ou deixar de pagar a anuidade, quando não se está prestando nenhum serviço psicológico, também implica em falta administrativa. Em último caso, de acordo com a COF, o psicólogo precisa solicitar cancelamento da inscrição, mesmo que tenha em mente retornar às suas atividades de psicólogo, o que é perfeitamente possível.

Para a Comissão de Orientação e Fiscalização, a melhor maneira de evitar esses e

tantos outros tipos de infrações é se manter sempre bem informado. A COF sugere ao profissional acessar frequentemente os sites dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia de São Paulo (www.pol.org.br e www.crpsp.org.br) como forma de se manter atualizado. Toda a legislação e as Resoluções estão disponíveis on-line. A Comissão acrescenta que, na página do CRP-SP, o profissional encontra ainda uma lista com as dúvidas mais frequentes.●

FIQUE ESPERTO!

Abaixo, as principais infrações cometidas pelos psicólogos.

- 1. CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO** - o psicólogo, que decida fazer uma viagem longa ou deixe de atuar por doença ou por outra razão qualquer, precisa solicitar cancelamento de inscrição. Se não o fizer, continua a obrigatoriedade do pagamento da anuidade. Havendo inadimplência, a inscrição é cancelada por débito e se o psicólogo continuar atuando, caracteriza-se exercício ilegal da profissão. A inscrição será cancelada também se o profissional não apresentar o diploma no prazo determinado pela legislação (CFP 018/2000 e CFP 009/2003), que é de dois anos depois de formado.
- 2. ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO** - estará cometendo infração o profissional que tiver as informações cadastrais desatualizadas. Por ser uma profissão que presta serviço social, o cidadão que desejar encontrar o psicólogo tem o direito de localizá-lo.
- 3. CONIVÊNCIA** - fere o Código de Ética o psicólogo que tem conhecimento de algum profissional que exerça a profissão ilegalmente, de acordo com o artigo 35.
- 4. LIMITES DE ATIVIDADES** - segundo o artigo 12, o profissional deve trabalhar dentro do que é reservado à profissão.
- 5. ATENDIMENTO TELEFÔNICO OU VIA INTERNET** - segundo o artigo 2, comete infração o profissional que faz atendimento psicológico por telefone ou via Internet.
- 6. TESTES XEROCADOS** - fazer uso de testes psicológicos xerocados pode ser considerado infração por não ter parecer favorável do Conselho Federal.

O psicólogo, que tiver qualquer dúvida, deve entrar em contato com a Comissão de Orientação e Fiscalização através do e-mail orientacao@crpsp.org.br.

Eleições para as novas diretorias do Sistema Conselhos

Psicólogos de todo o país vão definir os conselheiros do próximo triênio

Já começou o processo eleitoral para eleger os novos conselheiros do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e para a Consulta Nacional do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília. A votação acontecerá no dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, e definirá os nomes que responderão pelas decisões do Sistema Conselhos em todo o país no triênio 2004-2007. Serão eleitos 15 psicólogos suplentes e 15 efetivos para o CRP-SP. A consulta nacional do CFP receberá inscrição de chapas formadas por onze conselheiros efetivos e o mesmo número de suplentes.

Iniciado em Assembléia Extraordinária em 10 de fevereiro, o processo eleitoral tem uma Comissão Regional Eleitoral formada por seis psicólogas que acompanharão a instalação e o monitoramento das eleições no Estado de São Paulo. Todas as subseções do CRP-SP terão subcomissões eleitorais.

Presidente da Comissão Regional de Eleições do CRP-SP, Roselaine Castanheira explica que os critérios de votação são estipulados no Regimento Eleitoral do CFP, que, no seu terceiro artigo do segundo parágrafo, determina a obrigatoriedade do voto, que é secreto e intransferível. Para votar, o psicólogo, até o dia 27 de agosto, data da eleição, tem de estar inscrito no CRP de sua região, estar ativo e quite com a tesouraria até 2003.

Para candidatar-se, o psicólogo deve

ser brasileiro, estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, estar quite com todas as anuidades na tesouraria do CRP de sua região, até 2003, e não estar respondendo a processo jurídico com pena superior a dois anos.

O prazo final de inscrição das chapas para o CRP-SP é dia 16 de maio e para o CFP é 20 de junho, últimos dias do Congresso Regional de Psicologia, em São Paulo, e do Nacional, em Brasília. Essas são as datas limites também para o afastamento de cargo em diretoria dos Conselhos de Psicologia, no caso de psicólogos que vão se candidatar à reeleição, conforme o artigo sexto, parágrafo I e IV do Regimento Eleitoral do CFP.

O CRP-SP recomenda que os psicólogos atualizem seus endereços no cadastro do Conselho, já que a definição do local de votação mais próximo será feita através do Código de Endereçamento Postal informado no CRP-SP. Se o psicólogo tem dúvidas ou não se recorda de qual o endereço informado, deve consultar o departamento de atendimento do CRP-SP para evitar que se dirija à zona eleitoral errada.

Ao contrário de 2001, quando a votação foi realizada através das urnas eletrônicas cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, esse ano os votos serão registrados em cédulas depositadas em urnas convencionais e só depois serão computados. O Tribunal não emprestará seus equipamen-

tos devido à proximidade com a data da eleição municipal de outubro.

Serão disponibilizadas duas modalidades de voto para a eleição do CRP-SP e para a Consulta Nacional do CFP. A primeira será por comparecimento nos locais, onde o CRP-SP mantém sede ou subseção. O voto por correspondência, por sua vez, é para os psicólogos que estão em cidades sem zonas eleitorais. Esses psicólogos receberão por correio as cédulas para votação e um envelope com porte pago pelo CRP-SP. Nesse caso, o psicólogo só precisará depositar o envelope nos coletores ou numa agência dos Correios.

Fazem parte da comissão Roselaine Castanheira (presidente), Ana Maria Izidorio da Silva Santos, Suely Wen di Santoro, Ana Alessandra Rea, Rosemeire Saint'Ana Ruiz Lemos de Andrade e Danielle Gonzalez que, juntas, farão o monitoramento do processo eleitoral para que todos os procedimentos sigam o Regulamento.

As chapas para as duas eleições e os locais de votação serão divulgados em edital, com publicação prevista até 28 de julho. O Edital de Convocação para as eleições está disponível no site do CRP-SP (www.crpsp.org.br). As fichas de inscrição de chapas estarão disponíveis com a Comissão Eleitoral, na sede do CRP-SP. Para esclarecer dúvidas, envie e-mail para eleicao2004@crpsp.org.br

QUEM PODE VOTAR

- Ser psicólogo (a) brasileiro (a);
- Estar inscrito (a) no CRP de sua região;
- Estar ativo e quite com a tesouraria em relação aos anos anteriores, até 2003, e em pleno gozo de seus direitos.

LOCAL DE VOTAÇÃO

O CRP-SP recomenda que os psicólogos atualizem seus endereços para receberem o comunicado indicando o local de votação, no dia 27 de agosto, pessoalmente ou por e-mail: atendimento@crpsp.org.br

QUEM PODE CANDIDATAR-SE ÀS CHAPAS

- Ser brasileiro (a);
- Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- Estar quite com todas as anuidades na tesouraria do CRP de sua região, até 2003, e em pleno gozo de seus direitos;
- Não estar respondendo processo jurídico com pena superior a dois anos.

Vem aí o V Congresso Nacional

Psicólogos de todo o país discutirão o Protagonismo Social da Psicologia - as Urgências Brasileiras e a Construção



Em todos os Estados, os Conselhos Regionais de Psicologia já estão se preparando para o V Congresso Nacional da Psicologia (V CNP), que ocorrerá em Brasília, em junho de 2004. O escopo norteador dos debates desse ano é o "Protagonismo Social da Psicologia - as Urgências Brasileiras e a Construção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais". Com esse tema, o Sistema Conselhos de Psicologia pretende construir no Congresso um programa de participação efetiva da Psicologia na transformação da sociedade brasileira, ampliando sua inserção social e sua possibilidade de formular respostas para as necessidades sociais do país. Considerado pela categoria como uma conquista democrática, o CNP também é uma oportunidade de discussão e transformação do funcionamento e das ações dos Conselhos de Psicologia. Instância máxima de deliberação na estrutura dos Conselhos, o Congresso acontece a cada triênio e é antecedido de eventos preparatórios e dos Congressos Regionais que acontecem em maio, em todo o país.

O Congresso Nacional é um processo de construção democrática das diretrizes de ação dos Conselhos. Eventos preparatórios são seguidos de pré-congressos, Congresso Regional e, depois, o Nacional. Neste processo, o coletivo vai produzindo teses e encontrando seus representantes que serão os delegados nos Congressos Regionais e Nacional.

Para o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Odair Furtado, o CNP é uma novidade no campo das profissões, porque, em sua opinião, não há outros Conselhos com uma estrutura de decisão como essa. "Num primeiro instante, trabalhamos a reestruturação do Sistema Conselhos e a partir do III CNP estamos descobrindo como traçar caminhos para o futuro da Psicologia", explica.

Odair ressalta os eventos preparatórios, que aconteceram de setembro de 2003 a

Conselhos que pedem auxílio do fundo de apoio do Sistema Conselhos para a realização dos eventos. A expectativa das comissões organizadoras é a de que os debates contemplem questões relativas à organização da profissão, como a Psicoterapia e as Avaliações Psicológicas que já foram tema de outros encontros. Será feita uma análise sobre a implementação de políticas decididas nos encontros passados, além de outros assuntos que serão levantados no decorrer dos primeiros eventos. Em cada etapa, as matérias abordadas serão formatadas em teses, levadas pelos delegados regionais ao V CNP, em junho.

Marcos Adams, coordenador da Comissão Nacional do V CNP, comenta que, durante os pré-congressos, serão produzidas aproximadamente 1.500 teses. Esse material será levantado até 22 de abril e será sistematizado, em Brasília, sendo posteriormente apreciado pelos 15 Congressos Regionais em todo o país. Ao final do V CNP, os resultados serão publicados e amplamente divulgados aos psicólogos e à sociedade. Sendo o Congresso o órgão máximo da autarquia, Marcos esclarece que todas as deliberações do V CNP são definitivas e sua implementação é de responsabilidade da Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos (APAF). Marcos reafirma que o diferencial do V CNP é a postura democrática e participativa, que diverge da atitude de outras profissões que tomam suas decisões somente em plenárias. "O Congresso Nacional da Psicologia é essencial para a transparência das ações dentro de nossa instituição", afirma.

Quanto ao que é intitulado "Urgências Brasileiras", Odair garante que o CFP tem sido receptivo ao clamor da categoria sobre debates indispensáveis como a construção da institucionalização da profissão no Brasil, as análises sobre a dimensão psicológica relacionada à realidade social brasileira e a busca de iniciativas que mudem a história da Psicologia.

A presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Ana Mercês Bahia Bock, explica que o Congresso Nacional de Psicologia é uma ferramenta que pode colaborar para que as metas da profissão sejam atingidas. "Queremos a Psicologia em lugar de destaque no cenário brasileiro. Queremos construir sua inserção social para responder às urgências e necessidades sociais", esclarece. O tema do V CNP, segundo Ana Bock, "pede um futuro de compromisso num país campeão de desigualdades sociais, que enfrenta o desemprego em altos índices e sofre com as péssimas condições de vida para a maioria da população: analfabetismo, mortalidade infantil e violência", ressalta ela.

Ana Bock diz que o V CNP pretende redirecionar o caminho da Psicologia, inserindo-

“A partir do III CNP estamos descobrindo como traçar caminhos para o futuro da Psicologia”

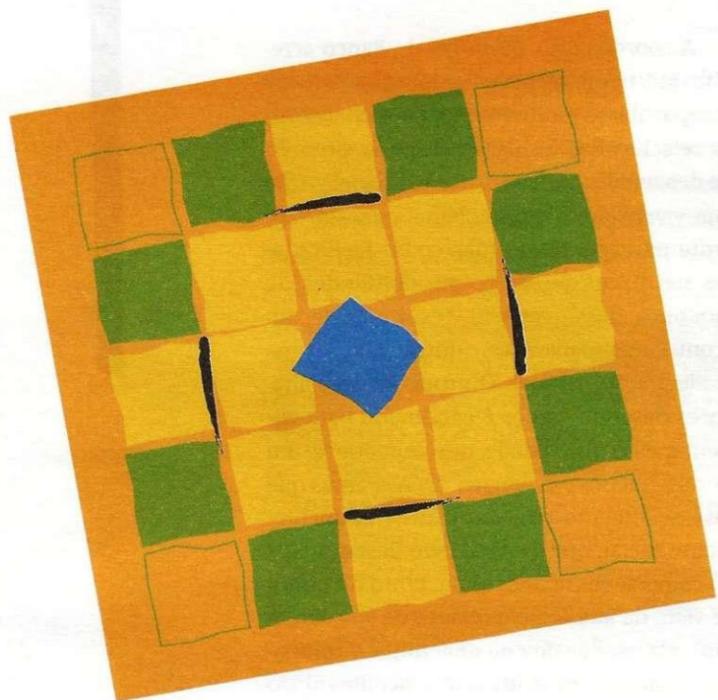
Odair Furtado

março desse ano, deram consistência ao Congresso Nacional. As regiões, que realizaram maior número de eventos preparatórios, levaram posições mais definidas e agilizarão as deliberações finais na versão nacional. "Regiões, que trabalharam pouco, ficaram sem influência. Nesta rodada, todas as regiões estão agendando seus eventos preparatórios de acordo com sua capacidade", aponta Odair.

O CFP está contribuindo na solução de alguns problemas, recebendo projetos dos

onal da Psicologia

ção de Respostas da Psicologia às Necessidades Sociais.



a nas políticas públicas. “Apostar nessa linha é acreditar numa profissão ao alcance de todos”, ressalta. Ana Bock observa, ainda, que esta estratégia é importante na medida em que a profissão desbrava novas competências nos serviços públicos, expande-se o mercado de trabalho para um universo de psicólogos que num futuro próximo será de 200 mil.

Outro subtema do V CNP é o que diz respeito à inclusão e aos Direitos Humanos. “Uma sociedade carregada de instrumentos discriminatórios e segregacionistas precisa de intervenções, a partir da ciência e da profissão”, diz. “Muito sofrimento psicológico tem origem nesses mecanismos sociais. A Psicologia tem uma enorme contribuição a dar, demonstrando e permitindo que as pessoas tomem consciência desses aspectos em suas subjetividades para que possamos juntos, como grupo social, ir superando as formas preconceituosas e discriminatórias de relações” esclarece.

Ana Bock lembra também outro aspecto importante que será debatido no V CNP: o exercício profissional. “É o ponto no qual deverá expressar nosso projeto. Que futuro queremos para a Psicologia no Brasil?”, coloca ela. Desta discussão, poderão sair respostas a questões como formação, o campo de atuação e áreas emergentes.

A Psicologia espera, com o V CNP, resultados que direcionem a profissão para o compromisso com a sociedade, para o rigor do ponto de vista técnico e ético; uma Psicologia dialogante, que saiba reconhecer sua história e que circule entre todos os psicólogos, superando barreiras regionais. ●

PARTICIPE DO V CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA (V CNP)

Abaixo, as delegações que participarão do V Congresso Nacional da Psicologia (V CNP), dias 17, 18, 19 e 20 de junho.

Local: Universidade de Brasília FINATEC, Brasília, DF

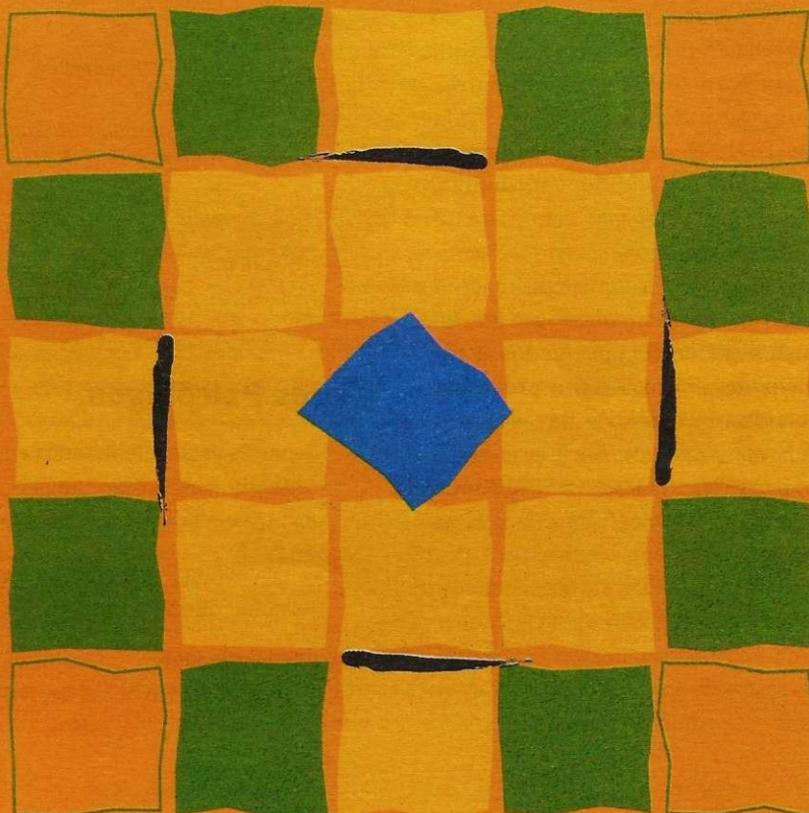
acesse: www.pol.org.br

- CRP 01 – 11 delegados
- CRP 02 – 10 delegados
- CRP 03 – 09 delegados
- CRP 04 – 16 delegados
- CRP 05 – 20 delegados
- CRP 06 – 34 delegados
- CRP 07 – 12 delegados
- CRP 08 – 11 delegados
- CRP 09 – 09 delegados
- CRP 10 – 09 delegados
- CRP 11 – 09 delegados
- CRP 12 – 10 delegados
- CRP 13 – 10 delegados
- CRP 14 – 09 delegados
- CRP 15 – 09 delegados
- Total – 188 delegados**

Os pré-congressos realizados em abril elegeram os delegados que participarão do V Congresso Regional da Psicologia (V COREP)

- 14 de maio de 2004, 17h00 – 22h30
- 15 de maio de 2004, 08h00 – 18h00
- 16 de maio de 2004, 09h00 – 18h00

Local: Espaço APAS Eventos, Rua Pio XI, 1200, Alto da Lapa



Banco Social implanta Apoio Psicológico a Trabalhadores em Situação de Desemprego

Projeto pretende reduzir o desamparo de trabalhadores sem emprego

O projeto "Apoio Psicológico a Trabalhadores em Situação de Desemprego" do Banco Social de Serviços em Psicologia tem ganhado cada vez mais parceiros. Nos últimos meses, este projeto foi implantado em São Paulo, Florianópolis (SC) e Belo Horizonte (MG), capitais que, a exemplo de todo o país, enfrentam altas taxas de desemprego.

Fruto de uma parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, o projeto "Apoio Psicológico a Trabalhadores em Situação de Desemprego" está em andamento em órgãos do Sistema Nacional do Emprego (SINE) no município de São Paulo, desde dezembro de 2003, e já atendeu cerca de 400 trabalhadores nos postos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na Força Sindical. O projeto pretende ser implantado ainda em locais que possibilitem uma intervenção social vinculada a órgãos públicos, que utilizem as horas de trabalho-militante dos psicólogos brasileiros, depositadas no Banco Social de Serviços em Psicologia.

No Brasil, cerca de 12% da população economicamente ativa está desempregada. Em São Paulo, essa taxa é mais elevada e ultrapassa os 19%, de acordo com dados da Fundação Seade de Desenvolvimento e Estatísticas. "As pessoas, que estão nesta condição, freqüentemente adoecem e sofrem, porque não conseguem manter uma vida digna e se sentem humilhadas, envergonhadas, impotentes e solitárias. É importante considerar essa dimensão psicológica no caso de desemprego", aponta ela.

Em Florianópolis, as atividades tiveram início em fevereiro e, no mês seguinte, os demais Estados brasileiros. Ao longo do semestre, Pernambuco e Brasília também lançarão o projeto. "Pretendemos fomentar nacionalmente a reflexão sobre o desemprego, enfatizando seu caráter estrutural", assegura a psicóloga Eliane Costa, responsável pelo acompanhamento nacional do Programa de Apoio a Trabalhadores em Situação de Desemprego.

Ao todo, são aproximadamente 3.000 psicólogos cadastrados no Banco Social, com interesse em participar desse e de outros projetos (ver box). O Estado de São Paulo conta com 107 psicólogos já trabalhando. Esses profissionais, divididos em duplas, atendem grupos de discussão com cerca de 15 trabalhadores em situação de desemprego. Os encontros acontecem nas instalações de entidades que participam do SINE e de outros órgãos públicos conveniados. Para atender mais desempregados, o programa está recebendo inscrições de novos protagonistas no site www.bancosocialpsi.org.br

Outras parcerias - Em São Paulo, o Banco Social de Serviços em Psicologia estabeleceu parcerias com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS) da Prefeitura de São Paulo e com o SESC, entidades voltadas para o campo de trabalho e desemprego (dentre outras atividades) e que tem como princípio a inclusão

social. Por meio destas parceiras, ampliaram-se os locais de atuação do psicólogo, alguns próximos da comunidade do usuário, facilitando a inserção das pessoas que estão desempregadas nos grupos oferecidos pelo Banco Social. Tendo em vista essas novas parcerias e aquelas relacionadas ao Ministério do Trabalho e Emprego, as intervenções acontecerão nas instalações de alguns CAS (Centros de Atendimento Solidário), vinculados ao programa "São Paulo Inclui", da SDTS, no SESC Pompéia, na CUT e Força Sindical.

Guilherme Scandiucci, assessor de Recursos Humanos do programa "São Paulo Inclui", da Prefeitura de São Paulo, que atende 300 mil trabalhadores, acredita que o acordo entre Banco Social e SDTS será uma via de mão dupla para a Psicologia. Além de reduzir o sofrimento de quem está desempregado, a Psicologia vai se aproximar de pessoas que, até então, pouco utilizam seus serviços.

A parceria com a Secretaria foi inaugurada por meio do programa "São Paulo Inclui", mas, em breve, o Banco também estará articulado aos programas redistributivos e emancipatórios da Secretaria, que englobam o Renda Mínima, o Bolsa Trabalho, o Operação Trabalho, o Começar de Novo e o Oportunidade Solidária.

O SESC Pompéia disponibilizará salas para a realização de grupos de apoio psicológico e, além disto, oferecerá vagas para que a população, acompanhada dos diferentes projetos do Banco Social, possa participar de atividades esportivas, culturais, de lazer e aprendizagem, atendendo aos compromissos do Banco e do Sistema Conselhos.

A coordenação executiva do Banco acredita que, nesses espaços grupais, as pessoas compartilham e refletem sobre suas histórias relacionadas ao desemprego, a situação de desamparo, sofrimento e dessocialização que vivenciam. Os psicólogos buscam, durante os encontros, atuar como facilitadores na discussão sobre possibilidades de mudança desse cenário, resultado de um acontecimento macroestrutural e não de uma inadequação pessoal. O grupo de trabalhadores desempregados é conduzido para enfrentar essa dificuldade, que depende de um fortalecimento psicológico. "Percebemos que esse sofrimento tem um caráter eminentemente social, que é vivido pelo desempregado como se fosse individual, tanto do ponto de vista da sua origem quanto da sua extensão". Ela explica que há uma dupla vitimização motivada pela ideologia neoliberal do trabalho. Essa ideologia está tomando a sociedade fazendo todos acreditarem que o aumento da empregabilidade é uma responsabilidade pessoal e não uma resposta da conjuntura econômica brasileira.

E é ampliando a consciência dos trabalhadores sobre as variáveis envolvidas com o desemprego, auxiliando-os para que participem de dispositivos de mobilização e mudança social, que a coordenação do Banco e seus protagonistas acreditam exercitar o compromisso social da Psicologia com a população brasileira, fortalecendo a presença da Psicologia na sociedade, influenciando as políticas públicas e convidando a categoria a participar da iniciativa no projeto de seu interesse". ●

PROJETOS DO BANCO SOCIAL DE SERVIÇOS EM PSICOLOGIA:

- Apoio Psicológico a Trabalhadores em Situação de Desemprego nos Programas de Inclusão Social da Prefeitura de São Paulo - Parceria: Ministério do Trabalho e Emprego;
- Programa de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto - para jovens em conflito com a lei - Parceria: Secretaria Especial dos Direitos Humanos;
- Acompanhamento aos Usuários do programa "De Volta para Casa" - para portadores de sofrimento psíquico intenso que voltam para o convívio social - Parceria: Ministério da Saúde;
- Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário - Parceria: Ministério da Justiça / DEPEN;
- Ética e Televisão, participação na campanha "Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania" - Parceria: Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal;
- Capacitação de Psicólogos para atuar nos Conselhos Municipais e Estaduais de Controle Social e Políticas Públicas - Parceria: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Caros Psicólogos,

Se vocês estão interessados em participar do Banco Social de Serviços em Psicologia e conhecer mais nossos projetos, venham reunir-se conosco no dia 08 de maio de 2004, das 10:00h às 13:00h, onde faremos uma exposição dos projetos do Banco Social.

Favor confirmar presença pelo e-mail: bancosocial.sp@crpsp.org.br

Telefone: 0800 77 27 233

Atenciosamente,

Equipe do Banco Social de Serviços em Psicologia.

Privação de liberdade, empobrecimento de vidas

Sistema prisional, manicômios, hospitais psiquiátricos e FEBEM - instituições de encarceramento estão sob forte crítica pelo seu caráter de exclusão social

Em novembro do ano passado, os Conselhos de Psicologia aliados a outras entidades reuniram um grupo de cerca de 1.400 pessoas em torno de uma palavra de ordem: "Privação de Liberdade não é Solução Para a Vida. A Gente quer Outra Saída". O ambiente era o Mineirinho e o campus da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. A atmosfera era o Fórum Social Brasileiro, evento preparatório à participação do Brasil na 4ª edição do Fórum Social Mundial, na Índia. Passeatas levaram a idéia para o olho das discussões do evento. Usuários de serviços de saúde mental, familiares de presos, crianças e militantes de direitos humanos compuseram uma Frente Ampla Contra a Privação da Liberdade e foi organizado um fórum com especialistas na área, onde se discutiu o seminário "Por um Outro Mundo Possível: Grades a Romper". A grande resposta à questão do aprisionamento foi que o isolamento é incompatível com as propostas de ressocialização.

O psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, foi um dos debatedores mais contundentes contra o modelo ocidental de encarceramento. Ele diz que o evento de Belo Horizonte foi reflexo da pressão de setores defensores da liberdade e da diversidade. "A sociedade perverte a idéia de sociedade toda vez que resolve administrar algum tipo de diferença individual, reunindo o sujeito num espaço segregado", afirma. "Nada substitui, do ponto de vista da riqueza da vida, a liberdade dos fluxos, da circulação e a expressão do inusitado". Para ele, o antagonismo se traduz no empobrecimento de vidas.

Ana Marta Lobosque, uma das organizadoras do evento, membro da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental, diz que o problema emergencial do aprisionamento no país vai além das péssimas condições físicas e de tratamento. "Há outro questionamento, mais profundo, quanto à razão de ser dessas instituições", diz. "Há uma interrogação muito séria sobre a legitimidade, as conseqüências, os efeitos das instituições que atuam através da privação da liberdade", questiona Lobosque.

"Essa coisa de exclusão é da essência da prisão", afirma a juíza Maria Lúcia Karam, membro da Comissão pela Reforma Prisional do Rio de Janeiro. "O discurso de recuperação é apenas para legitimar e encobrir a finalidade do isolamento". Karam argumenta que é "ilógico ensinar alguém a viver em sociedade, excluindo-a da sociedade". Em seu silogismo, a juíza recorre ao pensamento de um criminólogo argentino, segundo o qual "prender alguém com a intenção de ressocializá-lo equivale a pretender ensinar alguém



“É ilógico ensinar alguém a viver em sociedade, excluindo-a da sociedade”

Juíza Maria Lúcia Karam

a jogar futebol dentro de um elevador; a única coisa que o detento aprende na prisão é a viver na prisão, um tipo de sociedade que tem suas particularidades”.

Marcus Vinícius de Oliveira é da opinião de que nenhum espaço de reclusão é eficiente para produzir a promoção dos sujeitos. "A FEBEM e a prisão não recuperam ninguém, os asilos não cuidam de ninguém e os hospitais psiquiátricos não tratam de ninguém", diz. Para ele, o sistema se alimenta da ilusão de segurança social e do fantasma da ameaça, da violência e do perigo classificando a diferença individual como problemática para a ordem social. "O impulso é colocar para de baixo do tapete o 'lixo social'", condena.

Da mesma forma, Ana Marta Lobosque diz que os manicômios, asilos e prisões, além de não serem bem sucedidos em suas propostas, tendem a fazer a violência crescer no país. A juíza Maria Lúcia Karam dá um dado que corrobora a tese de que o sistema prisional não aplacou a criminalidade. "Em 10 anos, o número de presos por 100 mil habitantes no Brasil pulou de 95 para 168", revela. "A idéia da prisão gera mais violência e serve para excluir e estigmatizar a pessoa", acrescenta. Ela acredita que a sociedade deveria resolver os conflitos nela gerados não com a punição, mas com soluções conciliatórias, reparatórias e assistenciais, buscando, ao mesmo tempo, reduzir estes conflitos, com a transformação de mentalidades e a criação de condições materiais que garantam uma vida digna para todas as pessoas.

Marcus Vinícius diz que há igualmente opções mais libertadoras para os manicômios e asilos. "Há os centros de convivência

para os idosos, que podem fazer projetos e passeios, interagindo com a sociedade", sugere. "Aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê uma gradação de medidas sócio-educativas em meninos em conflito com a lei, operando na linha da liberdade assistida. É melhor que interná-los na FEBEM", continua. Ele cita ainda o "De Volta pra Casa", programa que convida os internos de hospitais psiquiátricos a retornar para as suas famílias, recebendo um apoio financeiro. O psicólogo faz aí uma observação. As instituições públicas precisam investir e dar um apoio extra para quem está na ponta mais frágil da sociedade.

Ele identifica aí uma contradição do Estado que, por ser "menos trabalhoso", prefere gastar muito mais com as prisões e FEBEMs do que com o processo de restauração das relações dos indivíduos, que "tem a ver com o trabalho do psicólogo de operar a singularidade de cada um". Além disso, ele lembra que o Brasil injeta cerca de R\$ 7 milhões por ano num sistema hospitalar falido e nem 15% desse valor, em financiamento de hospitais e núcleos de assistência psico-social, que é o regime aberto.

Marcus Vinícius diz que o desafio da sociedade é "administrar a diferença na pluralidade e na diversidade". Segundo ele, é preciso que se busquem formas de trabalhar a perspectiva da inclusão dos excluídos. Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, será preciso uma "intervenção cultural" para mudar a consciência do coletivo. Já para Ana Marta Lobosque, mudanças dessa profundidade só com a pressão dos organismos sociais junto ao Poder Público. ●

Especialistas defendem mudanças na Lei de Estágios

A legislação deve garantir que as práticas ocorram durante todo o processo de desenvolvimento curricular

Desde a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em dezembro de 1996, os estágios assumiram um papel nuclear na qualificação profissional. É visto pelos educadores como parte indispensável do processo de formação; e pelo estudante, uma forma de manter contato mais precocemente com sua área de trabalho. Mas por ser um palco, onde atuam diferentes atores – instituições de ensino, professores, agentes de integração, alunos e empregadores –, é alvo de muitos questionamentos sobre os desvios de sua função, sobre sua metodologia e sobre os mecanismos que lhe garantam ser, de fato, um campo de conhecimento vinculado ao aprendizado curricular.

Apesar de assumir tamanha importância, os estágios, ainda, são regidos por uma legislação anacrônica, de 1977, que permite brechas para que o estagiário seja usado como mão-de-obra barata. A professora Raquel Raichelis Degenszajn, Coordenadora da Regional Sudeste do FORGRAD (Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras), organismo que está formulando um novo projeto pedagógico para o ensino superior, manifesta preocupação tão grande pela reforma da lei quanto pelos instrumentos de fiscalização e controle de sua aplicação. Ela alimenta suas expectativas na função constitucional do Ministério Público do Trabalho de notificar as universidades de seu papel de acompanhamento e de avalista da qualidade dos estágios, assim como de enquadrar as entidades e empresas descompromissadas com a formação profissional, mais interessadas em pagar salários menores.

Mas ela observa que a responsabilidade maior pela qualidade dos estágios recai sobre as instituições de ensino. “As universidades têm que criar condições para que o aluno ingresse num campo relacionado à sua área de formação; que o estágio permita que o aluno seja tratado como alguém em processo de formação, assim como permitir a compatibilização com o seu curso”, relaciona. Para Raquel Raichelis, os requisitos fundamentais exigem, ainda, que o aluno tenha uma orientação, seja da universidade ou da instituição, que o induza a refletir sobre sua prática e fazer relações com a teoria e as metodologias.

Ela reconhece, porém, que muitas situações fogem do controle das universidades, incapazes de monitorar todos os seus alunos. Muitos, na ânsia de entrar em contato com o mercado de trabalho e com a possibilidade de ter um salário que complemente a renda familiar, acabam por aceitar práticas inadequadas, incompatíveis com um número excessivo de horas do curso, as quais, em vez de auxiliar na aprendizagem, não passam de substituição de mão-de-obra. Ao não reconhecer esses estágios, as universidades transformam-se em alvo de pressão de todos os lados – das empresas, dos alunos e das famílias.

Rogério Izidro Duran, supervisor de estágio, diz que muitas universidades se isentam do papel de avaliar e acompanhar os estágios, que estão fora da grade curricular. “A faculdade é co-responsável pelo subemprego”, denuncia. Ele levanta outro aspecto preocupante: a convivência dos cursos. “Algumas instituições fazem uma carta de apresentação para fazer um levantamento de como funciona o setor de seleção e isso basta para virar estágio, quando o aluno não exerceu sua função de psicólogo organizacional”, exemplifica.

Para Selma Pimenta, diretora da Faculdade de Educação da USP e membro do Fórum Nacional dos Diretores de Faculdades de Educação das Universidades Públicas do Brasil, o que há é “muita confusão entre a definição do que é estágio curricular e do que é estágio profissionalizante”. O conflito dessas definições acaba por abrir canais, na opinião dela, que geram mão-de-obra barata.

Estágio antecipado – Duran destaca também uma discussão acalorada em torno de quando o aluno deve começar a experimentar algumas práticas profissionais. “Os cursos, por conta da formatação legal, oferecem estágios supervisionados curriculares no quinto ano de graduação”, constata. Do primeiro ao quarto ano, o mais próximo, que se via de uma prática, eram algumas atividades de observação, tais como visita a unidades de atenção à saúde e treinos psicodiagnósticos, que não contavam como estágio. “O que tem acontecido há algum tempo é que vários cursos começaram a antecipar os estágios”, aprova ele. “Isso traz enriquecimento curricular, mas exige estrutura”, reconhece.

A presidente da Associação Brasileira do Ensino em Psicologia (ABEP), Inara Leão, também é favorável a que os estágios sejam supervisionados desde o início do curso de Psicologia. Ela explica que há um hiato muito grande entre o ano em que o aluno recebe a questão teórica e o ano em que o conhecimento é colocado em prática. “Os alunos não conseguiam articular o conteúdo que foi dado nos três, quatro anos iniciais”, argumenta.

A especialização precoce, embora defendida por algumas instituições, não deverá ser imposta. Para Raquel Raichelis, essa questão não deve ser definida por uma lei federal. Ela revela que o FORGRAD é a favor da autonomia das faculdades na definição de suas questões curriculares acadêmicas. “As universidades têm a competência para determinar a qualidade do estágio, quando ele deve começar, pelo zelo da qualidade, por fazer a supervisão, o acompanhamento e os relatórios”, defende. Para ela, essa matéria não deverá sofrer intervenções do Fórum.

Se não há unanimidade em torno da verticalização legal do estágio precoce, há, segundo Rogério Duran, consenso de que as práticas profissionais devam ser realizadas paralelamente, de forma contínua, dentro do curso. Selma Pimenta é da opinião de que o estágio deva ser desenvolvido como “um campo de conhecimento que tem que acompanhar o currículo, de preferência, desde o início”. Inara Leão também acredita que é possível fazer o estágio ao longo do curso. Ela reconhece que essa nova proposta pode gerar resistências, porque demanda a rearticulação do curso, um modelo novo e o aumento no número de professores. “As faculdades menores encontram dificuldades em ampliar seus cursos. Mas a idéia de aprofundar atividades inerentes à prática profissional está inclusa na nova proposta apresentada no Conselho Nacional de Educação”, assegura ela.

Carga horária – Raquel Raichelis revela que o FORGRAD vai se reunir até maio para mobilizar as universidades e organizar uma proposta comum que interfira nos rumos da legislação sobre a flexibilização curricular e sobre os estágios. Um dos pontos a ser tocado é o que trata da carga horária. O ideal, segundo ela, seria uma jornada de 20 horas semanais. “O estudante precisa descansar, ter lazer e atividades culturais, que fazem parte de sua formação”, observa. Mas Raquel admite que é uma proposta difícil de ser aceita principalmente pelas entidades e empresas que recebem os estagiários e até pelos Centros de Integração Empresa Escola, os agentes intervenientes entre as universidades e as empresas. “Mas a diminuição da carga horária, que muitas vezes chega a 40 horas semanais, será questão central”, adianta.

Rogério Duran espera para breve uma reforma na lei em direção ao estágio como formação profissional, no qual as práticas estejam voltadas para o compromisso social e para a qualificação de indivíduos que vão interferir na sociedade após a sua graduação. ●



Recém-formados apontam falhas nos estágios

Em nome da autonomia das universidades em definir suas questões curriculares acadêmicas, muitas faculdades, quase sempre as particulares, restringem-se, no máximo, ao que a lei de estágio exige, mesmo que a legislação esteja aquém da realidade acadêmica e profissional. A grande maioria dos cursos de psicologia contempla as 500 horas mínimas dos estágios apenas no quinto ano. Outras instituições, porém, avançaram na proposta e superaram essa divisão 4 por 1 - quatro anos de embasamento teórico e um de estágio -, embora tal avanço tenha significado aumento de custos.

Segundo Odete de Godoy Pinheiro, professora-supervisora de curso de Psicologia, a grande questão que inibe a maioria das faculdades de Psicologia a antecipar os estágios é o encarecimento do curso. Para ela, seria interessante o aluno ter práticas que acompanhassem o embasamento teórico. "Ele deixaria a faculdade em condições muito melhores", defende. Para ela, o formato clássico de estágio apenas no último ano compromete a qualidade da formação do aluno.

Outro aspecto que tem sido questionado até pelos alunos é o fato de muitos estágios estarem sendo organizados nas clínicas montadas dentro das próprias faculdades em detrimento de parcerias com instituições públicas, relação que torna a supervisão mais trabalhosa.

As diferenças são observadas em cada uma das faculdades consultadas. Coordenadora de Estágios de uma das mais renomadas faculdades particulares de Psicologia do país, Kátia El-Id explica que a proposta é a de formar um psicólogo generalista em dois anos de estágios e não com uma "especialização precoce".

"No quarto ano, ele desenvolve um conjunto de práticas obrigatórias em quatro áreas. No quinto, o leque de atuações se amplia, e o aluno tem possibilidade de escolha de áreas de concentração", explica ela. "O estagiário vive com mais profundidade campos de interesse, que não se confundem com especialização", observa. "A tendência é fazer parcerias na área pública, com ONGs e outras entidades que desenvolvem trabalhos filantrópicos. Filosofia ligada ao princípio norteador do currículo que é o de formar um psicólogo implicado na transformação social", descreve.

"A gente disponibiliza professores para atuar junto às equipes das organizações que oferecem estágios e temos o cuidado de fazer a seleção desses locais", ressalta. Kátia revela, no entanto, um dado preocupante. Segundo ela, convênios de longos anos foram cancelados em virtude de um fenômeno que tem se verificado recentemente. "O serviço público, em particular na área da saúde, está pedindo uma contra-partida para oferecer os estágios, como computadores e scanners", revela. "Temos conhecimento de que algumas instituições de ensino estão comprando vagas de estágio", denuncia ela.

Presidente da Comissão de Graduação de uma universidade pública, o professor Gerson Tomanari diz que a preocupação de sua universidade é organizar o currículo de tal maneira que o aluno no 4 e 5º ano tenha menos disciplina e mais tempo para os es-

tágios, incluindo os extra curriculares em empresas e consultórios. "A maior parte dos estágios, como orientação profissional e serviço de aconselhamento psicológico, é feita dentro da própria universidade. Mas os professores têm a preocupação de levar grupos de no máximo 10 alunos para fora", afirma. Ele diz que, desde o segundo ano, os alunos fazem "estágios rápidos", de observação de comportamento de duas horas numa creche, por exemplo. A partir do terceiro ano, o aluno ganha autonomia em estágios mais avançados.

Gerson Tomanari admite que a universidade dá preferência em firmar convênios com instituições públicas. "Se temos a informação de que abriu espaço no Hospital do Servidor, nos Fóruns, nas delegacias, nós vamos atrás", diz. Para ele, é uma forma de o aluno retornar à sociedade aquilo que ele recebeu do ensino público gratuito. Gerson Tomanari diz que os estágios de seu curso de Psicologia não estão dirigidos para formar um profissional de uma determinada área, seja clínica ou social. Mas ele reconhece que tem "prazer de ver meus alunos irem para uma instituição pública". No caso do setor privado, a universidade é que é procurada. "É feita uma seleção que considere a adequação do estágio e sua contribuição para a formação. "A empresa designa uma pessoa para supervisionar o treinamento assim como a universidade oferece um professor do corpo docente", conta ele.

Já José Augusto Rossetto Jr., coordenador do curso de Psicologia de uma faculdade particular de São Paulo, o currículo de Psicologia e os estágios de sua instituição estão voltados para o mercado. "Enquanto muitas faculdades colocam o estagiário em duas áreas, nós o colocamos em cinco para que ele saia um profissional preparado para o mercado de trabalho seja numa empresa, num hospital ou numa escola. O investimento financeiro do aluno precisa retornar no futuro", diz. "O estágio oficial é no quinto ano. São 100 horas na área organizacional, 100 na preventiva, 100 na de psicodiagnóstico, 100 na de aconselhamento e 100 na escolar", descreve. "Todos os estágios podem ser feitos na faculdade, que dispõe de uma clínica com instalações adequadas", assegura.

Segundo ele, o atendimento é feito junto à população mais carente. Nem por isso, o atendimento é gratuito. O custo é de R\$ 5,00 por mês. "O aluno precisa aprender a cobrar", argumenta. "O atendimento é individual e gira mais em torno de crianças com problemas na escola, de aprendizado ou relacionamento humano. Já os trabalhos em grupo são mais para preventiva com droga, com gestante, com alcoolismo e com orientação vocacional", descreve Rossetto.

Rodolfo Argueles vice-diretor de uma faculdade de Psicologia em Santo Amaro, zona sul de São Paulo, conta que os dois estágios oferecidos começam no 4º ano. Um é na área da Psicologia da Saúde no próprio hospital da faculdade, no Grajaú, periferia da zona sul da capital. O outro, "um estágio convencional, que é o da prática de ensino dado nas escolas". "Tudo supervisionado por um professor", garante. Já no quinto ano, entrariam

os estágios "legais", como a Psicologia Clínica, praticados dentro da própria faculdade.

Arguele diz que a faculdade concentra-se em inserir o aluno na vida profissional. Ele diz que pesquisa recente, realizada pela faculdade, mostrou que "nossos alunos estão completamente aptos para trabalhar, para fazer psicodiagnóstico, psicoterapia de adulto e ainda têm possibilidade de optar por uma das modalidades de aconselhamento psicológico". Segundo ele, por essa razão sua faculdade estaria recebendo alunos de outras instituições de ensino.

Arguele aponta dificuldades de colocar seus alunos nos estágios organizacionais. "As empresas começaram a terceirizar esse serviço, dificultando a colocação de alunos em estágios de recursos humanos. Essas firmas terceirizadas teriam espaço apenas para trabalhos de recrutamento e seleção", lamenta.

Alunos - Embora a perspectiva apresentada pelas faculdades seja positiva, o ponto de vista dos ex-alunos é um pouco mais crítico. Recém-formado por uma faculdade particular, a psicóloga Adriana Gutierrez Manzano ressentiu-se da carga de estágios para um período tão curto. "Foi muita coisa para um ano só. Você não consegue fazer bem nenhum dos estágios propostos", revelou. Em algumas áreas mais complexas, como atendimento hospitalar, Adriana reclamou que o estágio no hospital tinha sido só por seis meses. "A gente conversava com os pacientes e ia embora. Não dava para fazer nada", disse ela. "Eles não davam informação sobre nada, dificultando qualquer estágio a partir da faculdade" relatou.

Seu colega de faculdade, Rogério Rodrigues de Souza, também observou que faltou um trabalho mais direcionado para cada aluno. "O que acabou comprometendo o curso", acredita. "Um estágio formatado para um grupo de alunos era, muitas vezes, aberto para outras pessoas que não falavam a mesma língua, criando muitas divergências entre os integrantes", afirmou. Para ele, os estágios desenvolvidos por sua faculdade foram muito superficiais. "Éramos em grupos de nove pessoas e nem todos conseguimos conciliar o atendimento em psicoterapia, deixando a maioria para fazer triagem com dois ou três atendimentos rápidos, só para diagnóstico", disse. "Houve falhas. Agora a gente tem que correr atrás...", concluiu.

Já para o ex-aluno e psicólogo Ed Otsuka, seus estágios foram muito curtos. "Não deu para desenvolver um trabalho mais profundo", avaliou. "Embora tenha tido boa supervisão nos estágios, não me sinto preparado", confessou. Otsuka criticou também algumas práticas em instituições públicas que para ele se confundiram "um pouco" com voluntariado.

As reclamações do recém-formado Bruno Weinberg são de outra ordem. Fiz um estágio em um escritório de advocacia de direitos humanos, trabalhava 20 horas semanais e ganhava a miséria de R\$ 127,00", reclamou. "O estagiário precisa ter o reconhecimento de seu trabalho através do salário", sugeriu. De resto, ele considerou que suas práticas, que começaram no segundo ano do curso por meio de um "projeto social", deram-lhe autonomia e embasamento. ●

Estatuto do Idoso, um avanço a ser usufruído no futuro

Documento sancionado pelo governo no começo do ano, a nova lei garante direitos e prioridades a uma parcela frágil, porém, representativa da sociedade.



Peter Rossetti

A virada do último ano pode ter tido um significado especial para cerca de 15 milhões de brasileiros. Desde o dia 1º de janeiro de 2004, está em vigor o Estatuto do Idoso, um conjunto de dispositivos legais que estipula direitos e deveres para pessoas com mais de 60 anos de idade. O Estatuto tem o mérito de jogar luzes sobre as necessidades e o abandono dos idosos, parcela frágil do tecido social brasileiro. Especialistas no assunto aplaudem a iniciativa do Governo Federal, mas são realistas em ponderar que a lei não significa melhorias de imediato para este universo da população que cresce rapidamente. As projeções demográficas indicam que no ano de 2020, haverá 32 milhões de brasileiros com mais de 60 anos de idade. Será preciso que se adotem medidas que assegurem a aplicabilidade dos princípios contidos no Estatuto.

Das garantias contidas na lei, destaca-se a que diz respeito aos planos de saúde, que não poderão promover reajustes por idade para clientes com mais de 60 anos. As novas regras só valem para quem contratar um convênio a partir deste ano. Ainda na área de saúde, os idosos terão direito a medicamentos gratuitos. O Estatuto estabelece, também, mudanças na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Soci-

al), que assegura, agora, o benefício de um salário-mínimo a idosos com mais de 65 anos e sem condições financeiras. Os 118 artigos da nova lei, que estabelece punições de dois meses a 12 anos de prisão para quem a violar, foram discutidos pelo Congresso Nacional durante sete anos e tiveram que enfrentar várias resistências, principalmente dos lobbies dos setores mais conservadores e do empresariado da área de seguridade, antes de ser sancionado.

Entusiasta da lei, a assistente técnica da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, Marília Berzins, acredita que o Estatuto é uma conquista da cidadania para o idoso. "Ele é atual e oportuno", define. Para ela, vários esforços foram feitos para que a espécie humana pudesse viver mais e esta longevidade precisa estar acompanhada de qualidade de vida. "Envelhecer é uma conquista e um triunfo; não um problema social", diz Berzins. "O Estatuto deverá mudar muita coisa na vida social,

em particular, quanto ao reconhecimento do envelhecimento como direito humano, provocando sua regulação na sociedade, na família e no Estado", acredita.

Para Marília Berzins, mestre em Gerontologia e assistente social, o alto relevo do Estatuto está nos pontos que tratam das punições pelos maus-tratos nos idosos. "Agora, são crimes a discriminação, a humilhação, o menosprezo, o abandono, a negligência, a agressão física, a coação, a apropriação de bens, proventos e pensão, além da veiculação de imagens depreciativas à pessoa do idoso", enumera. Mas ela destaca também os capítulos que tratam das entidades de atendimento ao idoso que sempre foram motivos de preocupação na área de Gerontologia. "Muitas dessas instituições eram 'depósitos de velhos'. Agora, estão enquadradas pelo Estatuto que define os princípios, as punições, a organização, o funcionamento e a fiscalização das entidades que abrigam idosos de longa permanência".

“Há que se ter direitos até o final da vida”

Ruth Lopes

O que chamou a atenção do médico José Luiz Riani, professor do Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro, foi o capítulo que trata da prioridade pela manutenção dos vínculos familiares e as alternativas ao atendimento asilar. “Mas é necessário que se dê apoio às famílias para que elas tenham condições de manter o idoso em casa dignamente”, pondera. “Isso inclui treinamento e acompanhamento dos cuidadores, adaptação física das habitações, eliminação de barreiras, meios adequados de transporte, etc.”, acrescenta.

Ressalvas desta natureza permeiam o discurso da psicóloga Anita Liberalesso Néri, professora da Faculdade de Educação da UNICAMP, onde leciona e pesquisa sobre Psicologia do Envelhecimento e coordena o curso de Pós-Graduação em Gerontologia. Embora reconheça que o documento explicita à sociedade as preocupações e os valores em relação aos idosos, ela diz que “será preciso que existam recursos, políticas e práticas sociais apropriadas, ágeis e descentralizadas para que o idoso sinta mudanças positivas em sua vida”. Anita Néri externa a preocupação de o Estatuto, em vez de trazer conforto emocional, venha a produzir um sentimento de desamparo, de infelicidade e de injustiça nos idosos, se não colocado em prática pelas instituições.

Ela assevera que a solução para os problemas enfrentados pelos idosos não passa pela força das leis, mas pela dinâmica

“Envelhecer é uma conquista e um triunfo; não um problema social”

Marília Berzins

da sociedade. “O Estatuto fala em privilegiar candidatos idosos no mercado de trabalho, como se estivéssemos num país de pleno emprego”, exemplifica. Para ela, os idosos sofrem não por falta de um princípio legal, mas por causa das condições sócio-históricas, responsáveis pela “enorme desigualdade de direitos e de acesso a oportunidades sociais”.

Ruth Lopes, supervisora do Atendimento em Grupo a Idosos-Clinica/PUC-SP e doutora em Saúde Pública, também concorda com o fato de o Estatuto ter o mérito de dar visibilidade ao tema e que a lei vá beneficiar apenas as próximas gerações. “Nós seremos, no futuro, este segmento reivindicatório”, antecipa. Mas diz que o Estatuto faz parte do movimento pelo qual passaram igualmente as creches, que não tinham nenhum tipo de vigilância. “Há que se ter direitos até o final da vida”, defende. Ela argumenta, que como nem todos (a maioria) têm condições de manter a independência na velhice, o idoso terá que enfrentar esse processo da natureza da

espécie tendo como suporte a família ou o Estado. O Estatuto estaria aí para referendar o compromisso da sociedade.

Contextualização – O diretor do Serviço de Geriatria do HC-FMUSP, Wilson Jacob Filho, lembra que, no início do século XX, na Europa desenvolvida, a expectativa média de vida ao nascer andava ao redor dos 40 anos. “Naquele tempo, homem ou mulher que atingisse essa idade provavelmente estaria se aproximando do final de suas vidas. Hoje, aos 40 anos, eles são considerados jovens”, diz. Ele explica que a expectativa de vida praticamente dobrou nesses países no decorrer do século XX e isso trouxe consigo uma série de problemas socioeconômicos para a Previdência Social. Manter o pagamento dos benefícios por um período que não havia sido previsto. Morrer mais tarde criou também problemas sérios no relacionamento familiar, especialmente no que se refere às dificuldades de cuidar de um parente de idade mais avançada.

Responsável pela organização no Hospital das Clínicas de um mutirão para avaliar a necessidade dos idosos da comunidade e da capacidade de atendimento da rede pública à demanda, Wilson Jacob avalia que o Estatuto do Idoso “tenta mobilizar as relações deles com a sociedade, garantindo-lhes direitos compatíveis com suas necessidades e com o seu bem-estar”. Cauteloso, Wilson Jacob acredita que a lei “é um passo inicial que terá que ser aceito, apoiado e bem utilizado pela sociedade. Só o tempo dirá qual seu real efeito”.

Envolvido com as questões dos idosos desde a época da faculdade, Wilson Jacob Filho defende que essa parcela da sociedade, para ter qualidade de vida, tem que ser menos susceptível a desenvolver doenças crônicas, físicas ou psíquicas. Pelos estudos mais recentes, ele diz que há “nítida conexão entre a qualidade de vida e o estado de saúde de quem envelhece”. Para ele, o Estatuto vai ser impactante se desencadear um processo capaz de melhorar a saúde dos idosos, como é proposto pelo Serviço de Geriatria do HC-FMUSP, que procura atender os idosos nos seus diferentes estados funcionais, com ações preventivas, diagnósticas, terapêuticas e educacionais.

José Luiz Riani, de Rio Claro, diz que “hoje, muitos sofrem tanto física como psicologicamente em razão do sistema de exploração que tem por objetivo extrair tudo de bom da pessoa na idade produtiva, deixando o resultado do processo para a família e para o Estado”. Segundo ele, o Estatuto deixa uma semente para o futuro, quando poderá florescer a conscientização da sociedade a respeito do tema e as pessoas poderão na velhice experimentar uma etapa de vida rica e interessante.●

As mudanças com o Estatuto

Data base:

O Dia do Trabalho, 1º de maio, fica estabelecido como data-base do reajuste dos aposentados e pensionistas com benefícios pagos pela Previdência Social.

Defesa Legal:

O Ministério Público, a União, os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a OAB se tornam representantes legítimos dos idosos em todas as pendências jurídicas.

Torna-se crime a discriminação contra idosos em todas as circunstâncias. A pena para quem praticar esse crime é de seis meses a um ano de reclusão e multa.

Transporte:

Transporte urbano gratuito aos maiores de 65 anos. Para os que têm entre 60 e 65, fica a critério da legislação local decidir sobre a gratuidade do transporte.

No transporte coletivo interestadual, devem ser reservadas duas vagas gratuitas para idosos que ganhem até 2 salários mínimos e desconto de 50% nos outros assentos que excederem essa reserva para idosos nessas condições.

Educação e Capacitação

O governo fica responsável por criar programas de profissionalização para idosos e estimular projetos sociais voltados para os maiores de 60 anos. Além disso, também deve criar estímulos para que as empresas privadas admitam trabalhadores idosos.

Habitação:

Em programas habitacionais do governo, 3% das unidades devem ser reservadas para idosos.

Lazer:

Desconto de até 50% em atividades culturais, esportivas e de lazer, além de acesso preferencial.

Saúde:

Ficam proibidos os reajustes e planos para clientes com mais de 60 anos.

As conquistas dos idosos:

Remédios gratuitos, assim como próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

Atendimento preferencial no SUS (Sistema Único de Saúde)

Psicologia nas Américas

Intercâmbio entre entidades de países latino-americanos discute formação profissional no continente



A Psicologia, como ciência e profissão, tem sofrido mudanças nos últimos 30 anos na América Latina, sobretudo no Brasil. Os conhecimentos produzidos desta nova Psicologia vêm apontando alternativas e soluções para melhorar a qualidade de vida das pessoas e na operacionalidade de nossa realidade. Estes conhecimentos são gerados por psicólogos que passaram pelo banco acadêmico. O futuro da profissão depende, por isso, de um olhar mais atento ao universo universitário. Como se ensina, se investiga e se pratica a Psicologia nas Américas? E como se processa a interatividade entre os países do continente?

“As trocas de informações se dão no âmbito de entidades que se organizam por áreas da Psicologia, por práticas profissionais e, também, por linhas teóricas ou opções epistemológicas. Assim sendo, o intercâmbio entre os países latino-americanos é grande”, afirma a presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Inara Barbosa Leão. Entre as entidades que promovem esse intercâmbio, ela destaca o trabalho da ULAPSI – União Latino-Americana de Entidades de Psicologia, que acaba de completar um ano de existência e já aglutina várias entidades brasileiras e de outros países latino-americanos voltadas ao ensino, pesquisa e práticas profissionais. “A ULAPSI tem como um de seus objetivos a discussão sobre o ensino da Psicologia, buscando que este se volte cada vez mais para as especificidades desta região. Temos programado o I Congresso da ULAPSI para ser realizado no Brasil, em São Paulo, em 2006, quando estarão reunidos profissionais dos mais diferentes países latino-americanos e dar continuidade a estas discussões”, adiantou ela.

A Psicologia no Brasil se encontra em franco desenvolvimento, estando os psicólogos dispostos à construção de uma socie-

dade mais justa; a formação destes profissionais pode servir de parâmetro para cursos de outros países com a mesma vocação. “Pelo que temos conhecimento, estruturalmente, a situação da formação no Brasil é mais favorável. Isto porque já possui um ordenamento nacional para o ensino de graduação e pós-graduação, que se realimentam”, declara a presidente da ABEP.

Até 1962, a formação na área de Psicologia era muito diversificada e as pessoas se organizavam, realizando cursos específicos, gerando um movimento que culminou com a criação da Lei 4119, de 1962, e no Parecer 403/62 sobre o currículo mínimo, que contemplaram a questão da formação do psicólogo. Surgia, deste modo, o reconhecimento da profissão no Brasil.

De acordo com a professora de Psicologia da USP, María Regina Maluf, em sua obra “Psicologia En Las Americas”, o número de cursos oferecidos no país aumentou principalmente na década de 70, acompanhado da proliferação de cursos superiores, resultante da Reforma Universitária de 1971. Dados do MEC revelam que, em 1994, havia 111 cursos superiores de formação de psicólogos, distribuídos em instituições públicas e privadas, em 22 Estados. O número de alunos matriculados na graduação passava de 50 mil. Os cursos dispunham de um corpo docente bem qualificado, com experiência em investigação, com produção científica de valor. Em 1995, os cursos de pós-graduação em Psicologia contavam com 1.130 alunos matriculados no mestrado e 373, no doutorado. Neste mesmo ano, foram formados 200 mestres e 65 doutores.

Maluf acrescenta que os convênios de cooperação estabelecidos pelo governo brasileiro com outros países (América Latina, França, Japão, Cabo Verde, Argélia, entre outros), favoreceram a vinda de estudantes estrangeiros, como também a ida de estudantes brasileiros para programas de pós-graduação no exterior. “O intercâmbio entre docentes é também estimulado, e são muitos os cursos que recebem professores visitantes de outros países e que aceitam convites para que seus docentes visitem cursos no exterior, gerando produções conjuntas que enriquecem e permitem aprofundar teorias e metodologias”, acrescenta.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação trouxe diversas inovações: extinguiu a exigência de currículo mínimo para os cursos superiores, permitiu a descentralização, conferiu maior autonomia às universidades, permitindo a flexibilidade necessária para a adaptação às exigências do mercado de trabalho. A extinção da exigência de um currículo mínimo para os cursos superiores de formação de psicólogos teve como implicação que cada instituição definisse o perfil do psicólogo que por ela seria formado. O Conselho Nacional de Educação estabelece, porém, as diretrizes curriculares, que servirão de referência para as instituições na organização de seus programas de forma-

ção. O perfil do psicólogo, que deverá ser formado nas diferentes instituições, deve incluir o conjunto de habilidades indispensáveis a qualquer formação em Psicologia e outras habilidades específicas da área profissionalizante escolhida.

Pesquisa — “No âmbito da pesquisa, temos a obrigatoriedade do desenvolvimento nas universidades e, ainda que seja pouco, temos agências de fomento e financiamento para estas. Esta situação não se apresenta na maioria dos demais países latino-americanos”, diferencia Inara Leão. Uma destas “agências” é o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que oferece bolsas de iniciação científica para alunos de cursos de graduação.

Os esforços de reformulação e inovação dos currículos de formação do psicólogo evidenciam uma inegável preocupação com a formação dos alunos para uma atuação mais adequada às peculiaridades culturais e econômicas da realidade brasileira. Levantamentos indicam que a formação profissional continua dirigida para atuação na área clínica, principalmente na atuação individual em consultórios. Por isso, a Psicoterapia é a atividade mais desenvolvida. “No Brasil, as áreas de atuação da Psicologia, seja como atuação profissional, pesquisa ou ensino, têm se diversificado e apresentado grande desenvolvimento, inclusive nas denominadas ‘áreas emergentes’. Isto tem nos permitido relativizar a influência e a ênfase da área clínica. Sabemos que em muitos outros países latino-americanos esta diversificação já vem ocorrendo tanto quanto no Brasil, mas ainda há a predominância do ensino e da prática clínica no modelo tradicional”, compara Inara Leão. Alguns cursos, conscientes da realidade do mercado de trabalho que não consegue incorporar o alto índice de recém-formados, passaram a mostrar aos alunos outras possibilidades de atuação, como, por exemplo, o campo social, jurídico, do trabalho e da educação.

O exercício profissional do psicólogo brasileiro é disciplinado por Conselhos, em âmbito nacional e regional. Uma vez diplomados, todos que pretendem exercer a profissão devem se inscrever no Conselho Regional de onde pretende atuar. “A organização da categoria, que tem no sistema Conselhos e nos seus sindicatos instâncias de controle, acompanhamento e avaliação do exercício profissional, permitem uma realimentação das condições do ensino, pois possibilita que percebamos as dificuldades e necessidades que se apresentam. Tal organização também não se apresenta de maneira tão consistente em todos os demais países”, destaca a presidente da ABEP.

A seguir, um resumo dos principais aspectos referentes à formação de psicólogos na Argentina, Chile, México, Uruguai e Paraguai.

Argentina

Para o professor da Universidade de Buenos Aires, Modesto Alonso, verifica-se a existência de um grande número de profissionais de Psicologia, em comparação com os demais



países. Segundo dados de 1999, na Argentina, existem sete universidades públicas e cerca de 20 particulares, que oferecem cursos de Psicologia. Em âmbito privado, percebe-se uma proliferação de novos cursos, o que significa responder à expectativa gerada pelo mercado de trabalho.

Estudos realizados pela Associação de Unidades Acadêmicas de Psicologia (AUAPSI), em 1998, sobre a situação da formação do psicólogo em universidades na Argentina, revelam que o curso é dividido em três ciclos: introdutório, básico ou iniciação; formação básica ou geral e formação superior ou profissional. É composto por 35 matérias, sendo que 29 são obrigatórias e as demais são optativas. Tem em média cinco anos, com 3.400 horas/aula. Basicamente, os estudantes optam pela Licenciatura em Psicologia e uma menor parcela escolhe a carreira de psicólogo.

Nas universidades oficiais, em 1997, ingressaram 8.560 alunos. Somados aos anos anteriores (26.344) chega-se a um total de 34.549 alunos. Entre 1993 e 1997, o total de alunos do sistema público cresceu 39,8%. Há em torno de 3.500 docentes, geralmente, mal remunerados, que sofrem com a escassez de títulos de pós-graduação, situação que começa a mudar com a criação de mestrados e doutorados. Entre as deficiências, há carência de material nas bibliotecas e a necessidade de incrementar a informatização, etc.

O rendimento médio dos alunos tem feito com que a duração real dos cursos seja de 7,6 anos contra os 5,4 anos previstos. Entre as matérias optativas, as da área clínica têm sido as mais escolhidas pelos estudantes argentinos. Estima-se que, por ano, cerca de 1.500 profissionais ingressam em universidades públicas e 500, em particulares. A quantidade de psicólogos argentinos é de aproximadamente 38.000, uma média de 949 habitantes para cada profissional. Mais de 85% dos psicólogos são do sexo feminino. Em Buenos Aires, há cerca de 500 psicólogos para cada 100 mil habitantes. O perfil tradicional é do psicólogo que atua na área clínica, em saúde mental.

Chile

Segundo o professor da Universidade Central do Chile, Julio Villegas, até 1982 existiam no País apenas dois centros de formação universitária de psicólogos: o Departamento de Psicologia da Universidade do Chile e a Escola de Psicologia da Universidade Católica, ambos em Santiago. Com o surgimento de novas universidades privadas, no marco de uma nova lei de educação superior aprovada pelo regime militar em 1981, o panorama da formação de psicólogos começa a mudar rapidamente. O número de estudantes cresce de 120, em 91, para mais de 2.300, em 1997.

O currículo-base para a formação de psicólogos no País vem da Universidade do Chile, que criou o primeiro curso de formação de psicólogos, em 1947. Era um plano de estudos fundamentado, principalmente, na tradição européia (francesa e alemã). No final dos anos 60, esses planos de estudos se modificam e se abrem para a influência norte-americana. O plano de estudos praticado consistia em dez semestres, outorgando a licenciatura em Psicologia e o título de psicólogo profissional. O conteúdo era genérico, sem definir especialidades, mas com forte tendência à área clínica.

Uma inovação importante foi introduzida pela Pontifícia Universidade Católica do Chile, que outorga a licenciatura com quatro anos de estudos e o diploma de psicólogo

ao término do quinto ano. Recentemente, existiam 35 escolas de Psicologia que outorgavam o grau de licenciado e o título de profissional. Em 1997, o total de estudantes era de 6.883.

Na década de 80, começam a surgir várias alternativas de formação especializada, tanto em instituições universitárias como em centros privados (agrupamentos de profissionais, fundamentalmente centros de formação clínica), na forma de cursos de especialização. Uma área de particular importância foi a formação em Psicoterapia Familiar. Em 1998, é inaugurado o primeiro programa de Doutorado em Psicologia, no Departamento de Psicologia da Universidade do Chile.

México

As professoras da Universidade Nacional Autônoma do México, Susan Pick e Martha Givaudan, relatam que, no final dos anos 90, a Faculdade de Psicologia da Universidade Nacional mexicana inicia um processo de reformulações no plano de estudos, que não era alterado desde 1971. O objetivo das mudanças era fortalecer o desenvolvimento da Psicologia tanto no campo científico como no profissional.

O México tem mais de 120 instituições que oferecem o curso de Psicologia, das quais 30 são públicas. Na maioria, os programas de estudo contam com seis semestres de matérias básicas seguidos de três semestres, onde é escolhida uma das seguintes áreas de trabalho: Psicologia Clínica, Psicologia Educativa, Psicologia Experimental, Psicologia Industrial e Psicologia Social. Em algumas instituições, não se incluem os aspectos experimentais dando prioridade à Psicologia Social desde os primeiros semestres como, por exemplo, a Universidade Autônoma Metropolitana. As instituições estão distribuídas em toda a República em seis principais regiões.

Vale mencionar que até 1940 havia somente seis estudantes registrados na Escola de Psicologia da Universidade Nacional do México. Em 1956, esse número passou para 200. Os últimos levantamentos apontam mais de 30 mil alunos cursando Psicologia.

O campo de trabalho é amplo, mas o desemprego atinge cerca de 50 % dos psicólogos; devido à ausência de praças de trabalho, à falta de conhecimento das diferentes áreas e à limitação na fluência do idioma inglês. O título é cada vez mais considerado requisito indispensável para obter um emprego. As áreas de maior probabilidade de trabalho são a Psicologia Educacional e a Clínica e Industrial.

Na pós-graduação, existe o Programa Nacional de Excelência Acadêmica desenvolvido pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Duas escolas oferecem doutorado: a Universidade Autônoma do México e a Universidade Ibero-americana. O grau de doutor é oferecido com especialidades em Psicologia Clínica, Psicologia Social e em Análises Experimental da Conduta Psicofisiológicas. Os cursos de especialização são: Psicologia Infantil e Psicoterapia de Grupos.

Uruguai

Conforme a professora da Universidade Católica do Uruguai, Reina Coral García, atualmente a formação de psicólogos está a cargo da Faculdade de Psicologia da Universidade da República (a nível público) e da Faculdade de Psicologia e Educação da Universidade Católica do Uruguai (particular). Nos últimos anos, surgiram vários institutos de formação a nível privado. A Sociedade de Psicologia do Uruguai foi a primeira associ-

ação interessada na criação da Lei de Exercício e que incluiu a necessidade da criação de regulamentos destinados a regular a profissão e a formação universitária.

Desde 1998, a Faculdade de Psicologia da Universidade da República outorga o diploma de psicólogos. Os alunos devem cursar cinco ciclos que envolvem as seguintes áreas: Epistemologia e Social, Psicopatologia, Saúde e Técnicas Psicoterapêuticas. A Universidade também oferece, há alguns anos, cursos de pós-graduação. O título de graduação em Psicologia outorgado pela Faculdade de Psicologia e Educação da Universidade Católica do Uruguai passou a ser de Licenciatura a partir de 1996. Antes, o título era de psicólogo. Os cursos de Licenciatura duram quatro anos, sendo que no quinto o aluno deve realizar uma tese que lhe dá a conclusão da graduação. Desde 1994, a Faculdade de Psicologia e Educação outorga títulos de mestrado e pós-graduação em Psicologia Clínica e Educacional.

O campo de trabalho do psicólogo foi aberto, primeiramente, à clínica em hospitais, sanatórios, e instituições de atenção psiquiátrica e psicológica, com uma forte incursão de trabalho em âmbito privado. A partir da década de 70 a 80, começam a abrir caminhos no setor educacional. Daí, esta área surgiu como alternativa no campo profissional.

Em novembro de 1998, na cidade de Santiago do Chile, foi firmado o Protocolo de Princípios Éticos para o Exercício Profissional dos Psicólogos dos Países do Mercosul e Associados. Entre os princípios, o respeito a direitos e dignidade das pessoas, competência, compromisso profissional e científico, integridade e responsabilidade social.

Paraguai

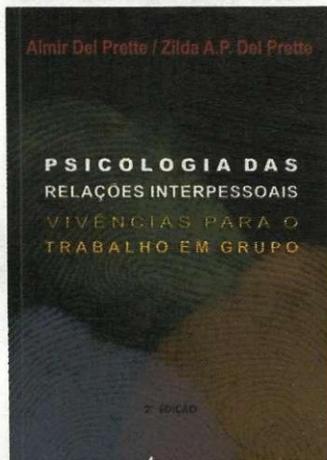
Para o membro da Sociedade Paraguaia de Psicologia, José Britos, no ano de 1963, a Universidade Católica Nossa Senhora da Assunção (UCA) habilita a carreira de Psicologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Em 67, a Universidade Nacional de Assunção (UNA) cria a licenciatura em Psicologia, com duração de quatro anos e ênfase em Orientação Vocacional. Geralmente, os currículos apontam para a formação geral, com ênfase em clínica, área educacional ou Psicologia Laboral, exceto na Universidade do Norte, onde há uma formação de psicólogos com influência da clínica psicanalítica e da Psicologia Social.

Cinco universidades oferecem o curso de Psicologia, sendo duas estatais e três privadas. Nenhuma delas oferece pós-graduação. Cada universidade no Paraguai tem seu próprio currículo de formação e não há instâncias de homologação e consenso a nível nacional. Pode-se dizer que, as limitações mais importantes quanto à formação universitária na área da Psicologia, referem-se à desatualização dos conteúdos transmitidos, ausência de pesquisa, déficit de infra-estrutura, de recursos financeiros e humanos.

No Paraguai, não há controle sobre o exercício profissional. Os psicólogos no país são registrados no Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar Social, onde constam aproximadamente 900 psicólogos. Isso não significa que todos exerçam a profissão e nem que todos que a exercem estejam registrados. Estima-se 1.700 psicólogos no País, sendo que 95% atuam em Assunção ou arredores.

O perfil do psicólogo do Paraguai se identifica mais com o exercício profissional (com destaque para a clínica psicológica) do que com a investigação científica. Tradicionalmente, a tendência psicanalítica predomina por influência da Argentina.●

Psicologia das Relações Interpessoais



Psicologia das Relações Interpessoais: vivências para o trabalho em grupo.

Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2001). Petrópolis: Vozes, 231 páginas.

O livro *"Psicologia das Relações Interpessoais: Vivências para o Trabalho em Grupo"* vem representar mais umas das valiosas contribuições dos autores para a área de habilidades sociais, que constitui um tema recente e inovador em termos de investigação e pesquisa no Brasil, assim como amplo e complexo por motivo de perpassar os mais diversos e variados contextos de convivência humana, a saber: organizacional (de trabalho), educacional, clínico, familiar, conjugal, comunitário e demais outras instâncias que envolvam a interação social entre duas ou mais pessoas.

Dos mesmos autores de *"Psicologia das Habilidades Sociais: Terapia e Educação"*, o livro se destaca pela riqueza de informações concisas, claras e bem concatenadas acerca do tema, além de oferecer um programa baseado em vivências que pode ser utilizado para atender a finalidades tanto terapêuticas quanto preventivas das dificuldades e problemas interpessoais. Encontra-se organizado em sete capítulos articulados entre si e listados a seguir numa breve explanação sobre seus conteúdos:

No **primeiro capítulo**, são explorados os paradigmas linear e sistêmico coexistentes quando se trata da temática das relações interpessoais e, em decorrência, presentes também no campo teórico-prático das habilidades sociais.

Em um **segundo capítulo**, os autores apresentam importantes conceitos da área, tais como os de desempenho social, habilidades sociais e competência social, diferenciando-os um do outro e expondo as dimensões e critérios da competência social, de forma muito clara e objetiva. Discorrem ainda sobre o desenvolvimento e socialização, abordando, em especial, a influência da família, da escola, da televisão, da Internet e dos jogos sobre esses processos vitais.

O **terceiro** trata dos contextos e demandas de habilidades sociais, focalizando o familiar (que, por sua vez, faz referência às relações conjugais e entre pais e filhos como unidades de análise), escolar e de trabalho. Também define com muita propriedade o termo demanda.

Já no **quarto capítulo**, os autores propõem uma classificação das habilidades sociais em ordem crescente de complexidade, organizando-as e descrevendo-as em termos das classes de automonitoramento; comunicativas; de civilidade; assertivas de enfrentamento; empáticas; de trabalho, incluindo aqui as educativas; e as de expressão de sentimento positivo. Considerando a análise do conteúdo e funcionalidade para esta categorização, não ex-

cluem a possibilidade de algumas sobreposições entre elas devido à variabilidade e complexidade existentes nas relações humanas.

Definindo o que é uma vivência, o **quinto capítulo** advoga a sua utilização tanto para uma melhor avaliação das dificuldades interpessoais como para a sua superação e conseqüente promoção do desenvolvimento de habilidades mais adaptativas. Oferece-nos também a estrutura de um programa de treinamento baseado em vivências, enfatizando que os desempenhos por elas facilitados constituem também ocasião para o emprego de outros procedimentos e técnicas cognitivo-comportamentais usuais do Treinamento em Habilidades Sociais (THS). No final, explicita os requisitos técnicos necessários para um facilitador ou terapeuta trabalhar com este tipo de treinamento e as questões éticas envolvidas.

No **sexto capítulo**, são apresentadas 40 vivências para o trabalho em grupo, cada uma delas descrita em termos de objetivos, materiais necessários, procedimento de aplicação, variações e observações. Os autores propõem a organização dessas vivências em três etapas de um programa de THS seguindo uma lógica de complexidade dos objetivos, descritos no capítulo anterior da mesma obra, como base para o planejamento de programas de THS.

Finalizando, no **sétimo capítulo**, os autores aludem às transformações contínuas que vêm ocorrendo no mundo globalizado de nossa atualidade histórica e suas conseqüências para as relações humanas, suscitando a reflexão sobre a necessidade de um novo padrão relacional entre os indivíduos.

Pode-se destacar que, enquanto em seu primeiro livro os autores se orientam mais pela perspectiva cognitivo-comportamental da área, neste segundo, referendam uma postura mais sistêmica para conceber seus conceitos e fundamentar seus pontos de vista. Em síntese, a obra constitui um convite de leitura imprescindível para todos aqueles interessados na melhoria das relações interpessoais nos mais variados contextos de convivência humana e que buscam relacionamentos mais saudáveis, autênticos e gratificantes.

Antonio Paulo Angélico

Psicólogo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / Laboratório de Interação Social (LIS) / Grupo de Pesquisa na área de Relações Interpessoais e Habilidades Sociais.



Psicologia Escolar: Teorias Críticas

Organizado por Marisa Eugênia Melillo Meira e Mitsuko Aparecida Makino Antunes, o livro se destina a profissionais e estudantes de cursos de Psicologia e Educação e todos os interessados no debate sobre a construção do pensamento crítico em Psicologia Escolar que podem se constituir em elementos norteadores fundamentais para a adoção de um compromisso social com a cidadania, a ser concretizado em propostas de atuação orientadas por finalidades transformadoras. Uma verdadeira compilação do trabalho diário de vários autores. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 128 págs, R\$ 21,00

Psicologia Escolar: Práticas Críticas

Os textos denunciam os compromissos ideológicos da Psicologia Escolar e as novas possibilidades de intervenção nesse contexto. As possibilidades levantadas constituem expressões concretas do pensamento crítico já construído em Psicologia e Educação para que os psicólogos escolares possam ajudar a escola a cumprir sua função social. As autoras são docentes e pesquisadoras do Departamento de Psicologia da UNESP em Bauru, do Instituto de Psicologia da USP e do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Educação da PUC-SP, todas marcadas pelo compromisso de colocar a Psicologia a serviço da transformação social. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 128 págs, R\$ 16,00

Psicologia do Esporte Aplicada

Considerada uma ciência e uma disciplina de aplicação relativamente jovens, a Psicologia do Esporte tem buscado desenvolver métodos e paradigmas para avançar na aproximação entre teoria e prática, grande preocupação da área nos últimos 30 anos. Esse livro mostra que, ao longo desses anos, temas como motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, dinâmica de grupo, bem-estar psicológico, pensamentos, sentimentos de atletas e vários outros aspectos da prática esportiva foram sendo incorporados à lista de preocupações e necessidades de pesquisadores e profissionais, ampliando o universo de estudo e aplicação da Psicologia do Esporte. A obra traz a experiência de vários profissionais psicólogos que vêm atuando junto a atletas

e equipes esportivas no desenvolvimento de programas de preparação psicológica e treinamento mental. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 246 págs, R\$ 30,00

Ensaaios de Psicologia Hospitalar - A Ausculta da Alma

No livro, a autora Susana Alamy traz novos conceitos de Psicologia Hospitalar e introduz uma nova maneira de se fazer psicologia, intitulando-a de “psicoterapia hospitalar” - expressão criada por ela a partir de seus estudos científicos sobre o atendimento de pacientes dentro de hospitais gerais. A obra aborda vários temas importantes para quem se interessa pelo sofrimento emocional causado a partir das patologias orgânicas, bem como outros temas relacionados à prática do psicólogo hospitalar, e também apresenta relatos de casos. “Ensaaios de Psicologia Hospitalar” traz ainda um capítulo dedicado a projeto de implantação, apresentando, metodologicamente, como se estrutura um serviço de psicologia dentro de hospital. Edição independente. (31) 9141-9106, 251 págs, R\$28,00 (incluso postagem)

A Herança Psíquica na Clínica Psicanalítica

A autora, Maria Cecília Pereira da Silva, levanta uma discussão sobre os traços psíquicos na clínica psicanalítica a partir das concepções que consideram a subjetivação humana ocorrendo por meio de transmissões psíquicas por gerações. Propõe a compreensão de aspectos do psiquismo humano que se caracterizam como de um outro que o procedeu no enfrentamento das grandes questões do destino humano. Descreve casos de três *settings* distintos: intervenção precoce, análise tradicional e atendimento familiar. Editora Casa do Psicólogo e Fapesp, (11) 3034-3600, 184 págs, R\$ 23,00

Estratégias Cognitivo-Comportamentais de Intervenção em Situações de Crise

Elaborado por Frank M. Dattilio, Arthur Freeman e colaboradores, o livro é dividido em duas partes. A primeira aborda o tratamento de síndromes clínicas como transtorno de pânico, suicídio, depressão, abuso de substâncias químicas e trauma de estupro. A segunda é composta por tópicos especiais que explicam as técnicas em problemas como trauma de desastre, crise de crianças e adolescentes na escola,

famílias em crise, parceiros violentos e divórcio. O destaque da obra fica por conta do capítulo especial sobre o tratamento cognitivo-comportamental de intervenção com portadores de estresse. A abordagem busca prevenir e amenizar o estresse traumático do paciente após incidente crítico. Artmed Editora, (11) 3062.3757, 384 págs, R\$ 74,00

Psicologia Ambiental: Entendendo as Relações do Homem com seu Ambiente

Psicologia Ambiental tem, assim como a Psicologia em geral, “um longo passado, mas apenas uma breve história”, e os autores Hartmut Günther, José Q. Pinheiro e Raquel Souza Lobo Guzzo deixam claro essa relação. Entretanto, existe uma importante variante: as raízes da Psicologia Ambiental são não apenas longas, temporalmente, mas também amplas, no que diz respeito à sua extensão em outras áreas do conhecimento. Desta maneira, temas, tratando da relação recíproca entre pessoas e ambiente, encontram-se não somente na Psicologia Ambiental, mas em Arquitetura, Planejamento Urbano, Geografia Humana/Social, Ergonomia, Educação Ambiental, entre outras. Editora Átomo e Alínea, (19) 3232-9340, 80 págs, R\$ 20,00

As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil

A obra apresenta uma ampla variedade de experiências de gestão da velhice exercidas por indivíduos, por grupos e por instituições sociais. As análises são pautadas por categorias oriundas da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia Social: atitudes e preconceitos em relação à velhice, identidade, papéis sociais, gênero, autonomia, dependência econômica, grupo familiar, cuidado, conflito, relações intergeracionais, status, valores, memória social, cidadania e autogestão, entre outros. A partir delas, os organizadores, Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, Anita Liberalesso Neri e Meire Cachioni, selecionaram os oito textos da coletânea e oferecem aos leitores um rico painel das realidades de velhice no país, realidades representadas e existentes na mídia impressa, em grupos de alfabetização, em assentamentos rurais, em conselhos de representação de idosos, nas famílias e em instituições de longa permanência. Editora Átomo e Alínea, (19) 3232-9340, 252 págs, R\$25,60

Entre na Rede já está no site do CRP-SP



Desde 15 de março, está à disposição dos psicólogos, outros profissionais e estudantes o “Entre na Rede”, banco virtual de trabalhos sobre práticas e pesquisas. Além de permitir a inserção de resumos de trabalhos, o sistema ainda dá acesso ao banco de dados, hospedado no site do CFP. O tema dos trabalhos deverá estar voltado ao compromisso social. O texto deve estar redigido com clareza, ter até três mil caracteres e com o endereço eletrônico do autor principal para contato. Todos os trabalhos passarão por uma comissão avaliadora e, se aprovados, serão encaminhados

ao setor de redação do banco que cuidará de dar a forma final ao texto.

A comissão responsável pela análise dos textos é formada por Sylvia Leser de Mello, Carmem Silvia Taverna, Bader Sawaia, Isabel Kahn Marin, Odete Pinheiro e Sérgio Leite. Para incluir seu trabalho, entre no site do CRP-SP (www.crsp.org.br) ou do CFP (www.pol.org.br) e acesse o ícone do “Entre na Rede”.

Psicoterapia na Biblioteca Virtual

Em breve os usuários da Biblioteca Virtual contarão com mais um importante serviço: os pacotes informacionais. O primeiro da série é sobre Psicoterapia e reunirá artigos científicos sobre tendências mundiais, referências bibliográficas, resenhas e formas de avaliação do trabalho do psicoterapeuta. Não deixe de acessar a Biblioteca Virtual da Psicologia para fazer suas pesquisas e acompanhar a produção na área. O endereço virtual da Biblioteca Virtual da Psicologia é www.bvs-psi.org.br. Lá você encontrará o Index Psi Periódicos, o Index Psi Livros, Index Psi Filmes, BVS da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia, cursos e o histórico da terminologia em Psicologia.



Neuropsicologia, nova especialidade

A APAF aprovou, em sua última reunião em dezembro, uma nova especialidade para fins de obtenção de título e registro de especialista: a Neuropsicologia. Os Conselhos contaram com o apoio da Associação Brasileira de Neuropsicologia e de profissionais especializados na área de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Os profissionais, que tiverem interesse em obter o registro, precisam comprovar cinco anos de experiência na área e terão até 30 de novembro para dar entrada na documentação junto ao CRP-SP.

A Neuropsicologia será tema, no dia 25 de maio, no auditório do CRP-SP, às 18 horas. O Instituto de Psicologia Aplicada, o Conselho Regional de Psicologia, a Associação Brasileira de Neuropsicologia e o Hospital das Clínicas promoverão a conferência “A Evolução das Teorias Neuropsicológicas de Lúria e Vigotsky”. A palestra, que terá tradução simultânea, será proferida pela russa Janna Glzmann, discípula de Alexander Romanovitch Lúria, um dos maiores neuropsicólogos do século passado.

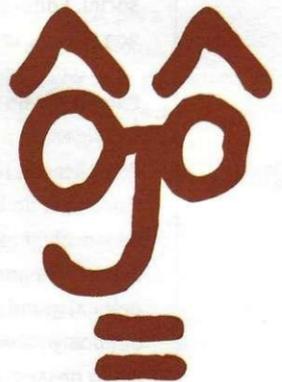
Campanha Fique Legal. Fique em dia com a Psicologia

Os Conselhos de Psicologia mantêm a campanha “Fique Legal, Fique em Dia com a Psicologia” para esclarecer aos psicólogos a importância do pagamento das anuidades e a regularização dos profissionais. Estar em dia com o pagamento das anuidades garante a inscrição do profissional no CRP-SP e o autoriza a exercer a profissão no Estado de São Paulo. Por esse motivo, todos os psicólogos receberam os Carnês do Banco do Brasil referentes à anuidade atual, no valor de R\$ 198,00 com opção de pagamento em até 3 parcelas de R\$ 66,00 com vencimentos até 31/03.

A direção do CRP-SP lembra que, por lei, depois de um ano sem o pagamento da taxa, o psicólogo tem seu nome inscrito na Dívida Ativa da União, de acordo com a Lei 5.766, que rege o exercício profissional, artigo 26, parágrafo VI. Procure o CRP-SP da sua região para negociar sua dívida. Fique em dia com a Psicologia! Mais informações, acesse www.crsp.org.br

Comissão de Direitos Humanos constata maus-tratos em sanatórios de Pernambuco

A Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP visitou o Hospital Geral “Otávio de Freitas” e o Sanatório Recife, ambos em Pernambuco, para checar denúncias de violação dos direitos humanos. A vistoria aponta para maus-tratos, que teriam causado a morte, no ano passado, de alguns pacientes. As condições de tratamento oferecidas por esses hospitais psiquiátricos foram consideradas precárias e desumanas e serão levadas ao ministro da Saúde, Humberto Costa, e ao Ministério Público para a realização de autópsia nos pacientes mortos. Maria da Graça Marchina Gonçalves diz que a CDH do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, a qual coordena, também está atenta à questão dos crimes dentro dos manicômios e na luta contra a violação dos direitos humanos nessas instituições.



CFP ganha ação contra editora

O CFP conseguiu no Tribunal Regional Federal da 2ª Região reverter decisão judicial que permitia à editora CEPA (Centro Editor de Psicologia Aplicada LTDA.), comercializar testes psicológicos à revelia da Resolução CFP nº 002/2003. A Resolução impõe as condições técnicas para que os testes criados por qualquer empresa do segmento sejam considerados testes psicológicos, com qualidade técnica. A editora poderá criar, editar e comercializar qualquer teste que deseje, sem que isto colida com a Resolução CFP nº 002/2003. Agora, caso pretenda tipificar seus testes como psicológicos, em condições adequadas de uso, deverá se submeter às diretrizes gerais traçadas pelo CFP por intermédio da precitada Resolução.

Acordo para novas diretrizes curriculares

O Conselho Nacional de Educação aprovou as novas diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia depois de ter havido consenso entre representantes do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira e da Sociedade Brasileira de Psicologia. A proposta apresenta um só perfil para o psicólogo e nova formulação para as ênfases curriculares, além de ressaltar a formação do professor em Psicologia e a ampliação da observância da relação teoria-prática desde o primeiro ano do curso. As instituições de ensino deverão reorganizar e aplicar as novas diretrizes após a homologação feita pelo MEC e sua posterior publicação no Diário Oficial, ainda neste semestre.

Entidades discutem Avaliação Psicológica na Formação dos Psicólogos

Nos dias 29 e 30 de março, foi realizado, em São Paulo, o I Encontro de Avaliação Psicológica na Formação dos Psicólogos. O evento, promovido pelo CRP-SP, CFP, ABEP, PUSSP, IBAP (Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica) e SBRO (Sociedade Brasileira de Rorschach), reuniu cerca de 150 psicólogos, professores e estudantes que, por dois dias, debateram as questões da formação na área de Avaliação Psicológica. Os resultados do evento foram positivos e serão organizados e publicados.

Vídeo Clube no CRP-SP

“Protagonismo: Sujeitos Construindo seu Destino” é o tema do ciclo de vídeos e debates do primeiro semestre 2004 no CRP-SP, que convida os psicólogos e estudantes para discutirem questões que envolvam esse protagonismo. Consulte as datas e sinopses dos filmes no site www.crsp.org.br Participe!

Justiça proíbe cobrança de contribuição confederativa de psicólogos

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo atendeu à ação do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e proibiu o recolhimento de contribuição confederativa cobrada pela FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos). Embora não tenha dado a sentença em definitivo, a Justiça estabeleceu multa diária de R\$ 1.000,00 no caso de descumprimento.

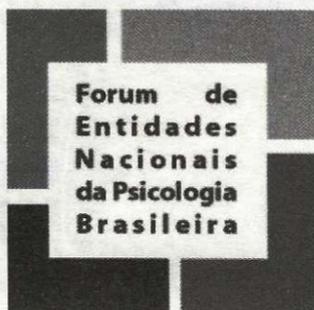
Frente Parlamentar Estadual pela Livre Expressão Sexual

O projeto que cria a Frente Parlamentar Estadual Pela Livre Expressão Sexual está tramitando na Assembleia Legislativa de São Paulo. A iniciativa procura reunir parlamentares que têm compromisso com os direitos humanos e que combatem todas as formas de preconceito e discriminação no Estado. Apresentado pelo deputado Ítalo Cardoso (PT), o projeto também prevê a participação da sociedade civil, através da criação de um Fórum de Entidades para articular, no Legislativo, iniciativas de interesse da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros e propor ações e políticas afirmativas de combate à homofobia. Para aderir à Frente, envie e-mail para italopt@uol.com.br. Mais informações, ligue para o gabinete do Deputado Ítalo Cardoso, (11) 3886-6691.



Reunião de entidades unifica ações da categoria

Representantes das instituições, que compõem o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, estiveram reunidos na sede do CRP-SP, nos dias 18 e 19 de março, para afinar o discurso em torno da formação do psicólogo e seu exercício profissional. O encontro estimulou a criação de um programa de ações para o Fórum e para o II Congresso Brasileiro de Ciência e Profissão, em setembro de 2006. Participaram da reunião cerca de 60 psicólogos, que identificaram como prioridades a implantação das diretrizes curriculares, a abertura de novos cursos, a produção internacional, a residência e a ampliação da identidade do psicólogo. Os representantes comprometeram-se a incentivar e promover pesquisas vinculadas às necessidades brasileiras, apoio à interdisciplinaridade e combate à hegemonia de profissões em algumas áreas.



ANDI

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo está registrado no Banco de Fontes da Agência de Notícias dos Direitos da Infância. A tarefa da ANDI é contribuir para a construção, nos meios de comunicação, de uma cultura que priorize a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente. O site do banco é www.andi.org.br/bancodefontes

ILANUD

O Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente apresenta seu Boletim Estatuto que engloba as notícias mais importantes veiculadas na Grande Imprensa sobre as boas experiências e eventos relativos à infância e juventude. Site do ILANUD: www.ilanud.org.br

Prorrogada as inscrições do Prêmio Monográfico Dante Moreira Leite

O Conselho Federal de Psicologia prorrogou para 3 de maio o prazo para inscrição no Prêmio Monográfico Dante Moreira Leite. O tema deste ano - "Psicologia e Comunicação Social: Produção de Sujeitos, Subjetividade e Identidades Culturais" -, foi escolhido pelo CFP para reforçar a participação de psicólogos, professores e estudantes na luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil, além de estimular a produção de trabalhos voltados a diversas áreas da profissão. Para participar, acesse o regulamento no site www.pol.org.br. Outras informações: cotec@pol.org.br ou (61) 429 0102.

Grupo de Trabalho discute taxa da Vigilância Sanitária

Em virtude de algumas ponderações sobre o cadastramento na Vigilância Sanitária e sobre os valores cobrados da taxa terem chegado ao CRP-SP, assunto abordado na última edição do jornal Psi, e tendo em vista ser uma exigência decorrida da legislação da VISA, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo criou um Grupo de Trabalho para estudar as questões e assim estabelecer encaminhamentos que possam ser mais compatíveis, sem ferir os aspectos da legislação relativos ao assunto. O Grupo de Trabalho está, no momento, aguardando a descentralização da VISA. A responsabilidade do cadastro e os demais aspectos do serviço ficarão com o município. Ao Estado, ficaria a responsabilidade de coordenação do serviço. Isto ocorrerá até o final de março. O CRP-SP está tomando as devidas providências, também em relação à questão do pagamento da taxa, e pede aos profissionais que aguardem novas orientações e informações.

O GT ficará, ainda, responsável por analisar três aspectos junto à VISA:

1. Quais os critérios que a Vigilância Sanitária adotará para fiscalizar as clínicas de psicologia;
2. A possibilidade de se reduzir o valor da taxa; e
3. Qual a função social da taxa, o destino que será dado ao dinheiro recolhido.

Peça Delírio trata da Inquisição e das intersecções com a Psiquiatria

Psicólogos inscritos no CRP-SP, estudantes de Psicologia e um acompanhante terão desconto de 50% na compra de ingressos para o espetáculo *Delírio*, do psicólogo e dramaturgo Antonio Ravan. Basta apresentar a carteira do CRP-SP ou a carteira da universidade. A peça, inspirada na obra *A Fabricação da Loucura* do psiquiatra Thomas S. Szasz e nos pensamentos de Michel Foucault e Ronald Laing, questiona o mito da doença mental ao comparar a Inquisição com a Psiquiatria. Baseada na suposta idéia de bem, que levou os inquisidores a acreditar que convertiam feiticeiros, o espetáculo traça um paralelo com o trabalho dos psiquiatras que, também acreditam fazer o bem para a mente de seus pacientes. Produzido pela Sótãos e Porões Produções Artísticas, o espetáculo fica em cartaz por quatro meses no Teatro do Quarteto, na rua Treze de Maio, 830, Bela Vista, São Paulo. Ingressos a R\$ 20,00. Informações pelo telefone (11) 3283-0056.

